

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 25

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

ASSOCIAÇÃO - APOSENTADOS 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de renda: não sofra por antecipação, sugere especialista 6

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

5% aproveitam fim de semana 8

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: Receita já recebeu 5,6% das declarações; 88% com restituição
..... 9

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - SALVADOR
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita recebe 2,2 milhões de declarações do Imposto de Renda 10

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração: do papel à eletrônica 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita projeta receber 32 milhões de declarações 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal abre prazo para adesões ao Confia 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita multou alvos da investigação em R\$ 22,8 bi 15

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 30 concursos na capital 17

O GLOBO - RJ - NEGÓCIOS E LEILÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Franquias complementam renda de aposentados 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento deve ter bloqueio de R\$ 5 bilhões 22

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Companhias abertas criticam MP que limita compensações tributárias 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"A janela fechou"	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PIB surpreendeu, mas não foi "nada de espetacular", afirma Goldman Sachs	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Governo leiloará 16 portos este ano e espera investimento privado de R\$ 8 bi	33
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo não deve apresentar "grande projeto" de reforma da renda - MERCADO S/A	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Copom deve cortar Selic a 10,75% nesta semana	36
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA ECONOMIA	
Copom deve cortar juros para 10,75%	38
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
BNDES projeta recorde e prevê crescer 30% neste ano em infraestrutura	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
O jogo desta semana é a mudança de sinalização do Banco Central e do Fed	41
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Mercado aguarda indicação do Copom sobre próximos passos	42
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Brasil registra recorde no consumo de energia	44
A GAZETA - MT - OPINIÃO ECONOMIA	
Cresce lacuna entre ricos e pobres (Editorial)	45
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Volume volta a crescer no varejo e 2024 sinaliza nova recuperação	47
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS ECONOMIA	
Sinalização sobre ritmo de corte de juros gera expectativa no Copom	50
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Uma agência para combater cibercrimes	51
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Não basta "malhar e fechar a boca" - PALOMA OLIVETO	54
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SAQUE ANIVERSÁRIO	
Mulheres podem usar FGTS para congelamento de óvulos e fertilização in vitro; saiba como	55

Segunda-Feira, 18 de Março de 2024

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Uber pagará R\$ 892 milhões a taxistas na Austrália..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Espanha e Brasil, desafios comuns (Artigo)..... 57

ASSOCIAÇÃO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A Associação dos Mantenedores- Beneficiários da Petros (Ambep) está com a sua existência ameaçada.

Ações impróprias, esdrúxulas, exageradas e perigosas estão sendo perpetradas na atual gestão administrativa contra um legado de excelência construído com denodo, sacrifício e trabalho profícuo de importantes e insignes ex-presidentes: Antônio Ferreira Bastos, Yvan Barreto de Carvalho, Haroldo Ramos da Silva, Ramiro Barcelos Tostes, Omar Cardoso Vale e Júlio Guedes da Conceição, coadjuvados por ilustres diretores e auxiliares que não mediam esforços para o pleno sucesso da Associação.

As nefastas ações ao patrimônio dos associados e não particular devem ser refutadas imediatamente, restabelecendo- se a ordem, a prudência, o equilíbrio e a razão, principalmente. Respeito é o que os associados exigem.

Não se destrói o que foi construído em 45 anos.

REIVINDICAÇÃO

A reivindicação dos aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, que fazem através do Projeto de Lei número 4434/2008, não pode nem deve ser simplesmente omitida e ignorada pelos nossos representantes na Câmara Federal. Ultrapassa o bom senso essa improcedente demora que os deputados federais promovem, produzindo prejuízo incalculável e causando um descalabro na qualidade de vida de milhões de aposentados, pensionistas e familiares, deixando- os numa situação difícil até de ser relatada, face as condições que se apresentam. Esta reivindicação não será deixada de lado. Estará sempre presente enquanto estiver dependendo de aprovação.

Afinal, já são 16 anos de pendência na Câmara dos Deputados.

RECURSOS

Não podem alegar falta de recursos financeiros.

A nossa conta **Seguridade Social**, conforme consagra a Carta Magna do país, possui os recursos financeiros necessários para dar plena cobertura aos gastos com saúde, assistência social e **previdência social**. É preciso e urgente que providências firmes e enérgicas sejam tomadas para a correção de uma irregularidade

praticada injustamente contra aposentados e pensionistas. Para certificação do que relatamos, basta consultar as análises anuais emitidas e divulgadas amplamente pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)** e Fundação **ANFIP** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social**.

SEGURIDADE

Os recursos financeiros arrecadados na nossa conta **Seguridade Social** - repetimos - têm que ser aplicados com a exclusividade estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ou seja, saúde, assistência social e **previdência social**. Retirar recursos para aplicação em outros programas de Governo - entendem aposentados e pensionistas - como uma ação improcedente e formuladora de prejuízos irreparáveis à **Seguridade Social**. Apela- -se ao atual governo para corrigir tal irregularidade, promovendo ações que possam garantir o desempenho competente das áreas que compõem a **Seguridade Social**. Nada mais salutar do que cumprir o estabelecido na legislação vigente.

REAJUSTE

A política de reajuste nos benefícios concedidos pela **Previdência Social** através do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tem que ser revista com a maior brevidade possível.

A defasagem ocorrida desde setembro de 1991 está insuportável, impedindo que aposentados e pensionistas mantenham um padrão de vida convincente.

A desigualdade nos reajustes do salário mínimo e os benefícios do **INSS** são a causa principal da ocorrência. Não é admissível que esse procedimento permaneça prejudicando milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros.

Vamos continuar fazendo este relato, a fim de que as autoridades responsáveis pelo fato se sensibilizem e se conscientizem da solução do problema que é a concessão de um mesmo índice salarial nos dois casos.

BELÉM

Poderíamos dizer que não é assunto nosso. Entretanto, não podemos ficar alheios ao que está

acontecendo com a nossa querida e amada Belém.

Cidade carinhosamente chamada de "Cidade das Mangueiras" e hoje está sendo apelidada de "Cidade da Sujeira". Os jornais e a televisão mostram diariamente como o lixo e o entulho infestam as ruas da cidade, impedindo muitas vezes a regularidade da passagem do transeunte e do trânsito.

A ausência da gestão do município é notada e reclamada com insistência, a fim de pôr cobro às irregularidades.

Com a palavra, o gestor municipal!

FELICIDADE

"A felicidade consiste em fazer o bem" (Aristóteles).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Imposto de renda: não sofra por antecipação, sugere especialista

LARISSA FIGUEIREDO* * *Estagiária sob supervisão do subeditor Rafael Rocha*

A **Receita Federal** espera 2 milhões de novas declarações de Imposto de Renda em 2024. A expectativa do órgão é receber 43 milhões de declarações em todo território nacional-4 milhões delas somente em Minas Gerais. Para quem vai declarar pela primeira vez, é comum ter diversas dúvidas sobre o assunto. A inexperiência, sobretudo da parcela mais jovem da população, faz com que essas pessoas até deixem de receber possíveis deduções e direitos relativos ao IR.

Recém-formado, o analista de comunicação Pedro Augusto de Souza, de 24 anos, vai declarar o Imposto de Renda pela primeira vez e não sabe por onde começar. "Na minha família nunca tivemos a necessidade de declarar. Por esse motivo, a informação e o modo do que fazer, como fazer e ações correlatas não entraram no meu radar até eu me tornar analista", contou.

Para se inteirar do processo, o jovem procurou por ajuda profissional, mas se deparou com um cenário fora de sua realidade. "Eu pagaria um profissional para fazer, mas todos que eu busquei cobravam uma fortuna", afirmou.

Pedro também é pós-graduando em uma instituição privada, mas por não ter conhecimento sobre as restituições possíveis na opção de declaração completa, não reuniu comprovantes de pagamento de mensalidades. Ele ainda relatou que irá optar pelo modelo simplificado: "Por eu não ter tanta informação, acredito que vou optar pelo simples este ano, mas não sei a diferença entre eles."

Essa é a realidade de Gustavo Henrique de Oliveira, de 23 anos, que é analista de informática em uma multinacional e irá declarar o IR pela primeira vez. Diferente de Pedro, ele optou por declarar sozinho para aprender como faz. "Vou tentar declarar agora no início para não esquecer. Optei por declarar sem ajuda profissional porque dizem ser fácil e não tenho muitos itens a declarar".

Ele guardou notas fiscais referentes à saúde e, apesar de cursar pós-graduação em uma instituição privada, não se organizou com os gastos em educação, que

podem ser restituídos em até R\$3.561,50 por pessoa quando comprovados na declaração completa. Optando pelo modelo simplificado, Gustavo vai correr atrás do prejuízo de não ter se planejado durante 2023, declarando o quanto antes "para não esquecer."

busque ajuda profissional

Quando a contadora e gestora financeira Ana Maria Duarte se depara com a primeira declaração dos contribuintes, reconhece um certo medo de errar e cair em uma malha-fina, por exemplo. No entanto, a especialista tranquiliza: "Não sofra por antecipação. Faça todo o processo com calma, busque tutoriais na internet e cursos online. Em último caso, você também pode contar com ajuda profissional".

Fugindo do que chama de "contabilês", Ana Maria opta por uma linguagem menos técnica para facilitar o entendimento. Segundo ela, a dúvida mais recorrente dos declarantes de "primeira viagem" é sobre a obrigatoriedade da declaração. "Algumas pessoas ainda têm um pouco de dificuldade de entender qual o rendimento anual exigido, que tem que ser feita a declaração de imposto de renda, questão de imóvel, compra de carro, ou ter algum problema na Receita e o nome ter alguma pendência", contou a especialista.

O conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Oscar Lopes, reforça que estar em dia com a **Receita Federal** só traz benefícios. "O melhor é prevenir e fazer tudo dentro da lei. Nada melhor do que buscar um planejamento tributário para pessoas físicas. Você pode pagar menos Imposto de Renda dentro da legalidade", apontou.

NÃO PERCA O PRAZO

Além das sanções no CPF, a **Receita Federal** aplica uma multa mínima de R\$165,74 e valor máximo correspondente a 20% do Imposto sobre a Renda para quem perde o prazo de declaração, que vai até 31 de maio.

*

QUEM É OBRIGADO A DECLARAR IR

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$30.639,90, que inclui salário, aposentadoria e

pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70;

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$ 200 mil;

Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto. É o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra;

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos;

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua (imóvel rural sem atividades), acima de R\$ 800 mil;

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$153.199,50;

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou anos anteriores;

Passou a morar no Brasil em 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

5% aproveitam fim de semana

Parte dos contribuintes aproveitou o fim de semana para acertar as contas com o Leão. Até as 16h deste domingo (17), a **Receita Federal** recebeu 2,24 milhões de declarações. Isso equivale a 5,23% das 43 milhões esperadas para este ano. O prazo de entrega da declaração começou às 8h de sexta-feira (15) e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré -preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras. Segundo a **Receita Federal**, 88% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 6,7% terão que pagar Imposto de Renda e 5,3% não têm imposto a pagar nem a receber. A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (72,8%), mas 16,6% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 10,7% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda. Um total de 47,1% usaram a declaração pré -preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Imposto de Renda 2024: Receita já recebeu 5,6% das declarações; 88% com restituição

A **Receita Federal** recebeu 2.427.944 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (ano-base 2023) até as 7h02 desta segunda-feira, três dias após a abertura do prazo de entrega do documento. Desse total, 88% têm direito à restituição do imposto.

O prazo para entrega da declaração do IR 2024 declaração às 8h de sexta-feira e vai até às 23h59m de 31 de maio.

Do total de declarações entregues, 47,3% foram feitas usando o modelo pré-preenchido, que importa dados remetidos por bancos, financiadoras, hospitais, médicos, dentistas, cartórios de imóveis e até registro de aeronaves para a **Receita Federal**.

Além disso, mais da metade (57,2%) foi de declarações simplificadas. A média de idade dos declarantes é de 44 anos, e o estado que mais enviou declarações foi São Paulo (744.182). No Rio, foram 219.208 declarações entregues no início da manhã desta segunda-feira.

A expectativa do governo é receber 43 milhões de declarações neste ano. No ano passado, foram 41,1 milhões.

Neste ano, o governo subiu o limite de renda anual de quem é obrigado a declarar para R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos. Em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2024/03/18/imposto-de-renda-2024-receita-ja-recebeu-56percent-das-declaracoes-88percent-com-restituicao.ghtml>

Receita recebe 2,2 milhões de declarações do Imposto de Renda

Parte dos contribuintes aproveitou o fim de semana para acertar as contas com o Leão. Até as 16h de ontem, a **Receita Federal** recebeu 2,24 milhões de declarações. Isso equivale a 5,23% das 43 milhões esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de sexta-feira e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a **Receita Federal**, 88% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 6,7% terão que pagar Imposto de Renda e 5,3% não têm imposto a pagar nem a receber. A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (72,8%), mas 16,6% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 10,7% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 47,1% dos contribuintes que entregaram o documento à **Receita Federal** usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57,4% dos envios.

Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia de covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março e 31 de maio. Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Outro fator que impulsionou o recorde foi a antecipação do download do programa gerador da declaração. Inicialmente previsto para ser liberado a partir da última sexta-feira, o programa teve a liberação antecipada para terça-feira passada.

Segundo a **Receita Federal**, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos. Quem enviar a declaração depois do prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Declaração: do papel à eletrônica

NICOLE SANTOS *sob supervisão de Karina Reif

Apesar de críticas em relação à complexidade e aos limites de isenção e de dedução, a declaração de imposto de renda no Brasil tem apresentado avanços ao longo de mais de cem anos em seu sistema. Se no passado, as filas na porta da **Receita Federal** indicavam a dificuldade no processamento, hoje é possível realizar a prestação de contas de forma completamente on-line, com mais transparência e agilidade.

Introduzido no Brasil em 1922, o imposto de renda passou por mudanças nas alíquotas, isenções, deduções e formas de declaração para acompanhar as transformações econômicas e sociais do país. O vice-presidente do Instituto de Estudos Tributários (IET), Rafael Korff Wagner, explica que a declaração diz respeito à necessidade que o Estado tem de financiar suas atividades. Sendo assim, o poder público tributa a riqueza que é gerada pelos seus cidadãos. "Através do trabalho ou do capital - ou de ambos - essa riqueza que é gerada acaba sendo tributada pelo imposto de renda, que é um dos **impostos** que compõem o nosso elenco de **impostos** do sistema constitucional." Nas últimas décadas, a ferramenta foi ampliada para incluir também empresas e demais entidades jurídicas. Conforme Korff, isso tem relação com o princípio da universalidade, visto que computa os rendimentos de todos que obtêm renda. Entre as principais mudanças, destaca a modernização do processo: "Talvez nós tenhamos o melhor sistema do mundo, que é essa declaração eletrônica." O conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRCRS) Celso Luft concorda.

"Eu sou do tempo que se fazia declaração datilografada.

Eram filas homéricas na frente da Receita. Depois passou para entregar nos bancos e depois se entregava em disquetes", recorda.

A partir de 1997, foi possível fazer a declaração de maneira eletrônica e, até 2010, ainda era possível reportar os rendimentos em papel. Nesse meio tempo, o cruzamento de dados também foi evoluindo. "Chegamos hoje na declaração pré-preenchida", conta Luft.

CRÍTICAS. Mesmo assim, o processo é conhecido por sua complexidade, com diferentes regras para os contribuintes.

Existem distorções quanto à falta de correção da tabela, por exemplo. Isso porque a lei prevê um patamar mínimo para a cobrança, mas esse valor deveria ser corrigido anualmente de acordo com a **inflação**. "Nós acabamos tributando uma massa de contribuintes maior, porque não está se observando os efeitos da **inflação** sobre os rendimentos desses contribuintes", reflete Korff. Sobre isso, Luft observa que a ampliação de isenção este ano foi mínima.

Outro aspecto mencionado por Korff diz respeito ao mínimo vital e às deduções, as quais ele classifica como baixas.

"A partir do momento em que eu não permito uma dedução com despesa de educação, por exemplo, eu vou estar tributando esse mínimo vital, eu vou estar deixando de estimular, no caso, a educação em detrimento de uma arrecadação para o governo", observa.

O vice-presidente do IET também defende melhorias: "podemos aperfeiçoar esse sistema com uma criação de alíquotas que possam ser mais gravosas em relação a quem tem um rendimento maior - hoje a maior é 27,5% - e tributar fatos geradores que hoje estão fora do campo de incidência", conclui.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=11021>

Receita projeta receber 32 milhões de declarações

A **Receita Federal** projeta receber, em 2024, cerca de 32 milhões de declarações do Imposto de Renda. O download do aplicativo gerador da declaração deste ano já foi liberado e pode ser baixado em smartphones com Android ou iOS, além de ser acessado também por meio de computador, no site oficial da **Receita Federal**. Entre as mudanças, está o limite de rendimentos tributáveis que passou de R\$ 28.559 para R\$ 30.639 no ano. E também, o limite de isenção da posse de bens e direitos passou de R\$ 300 mil para R\$ 800 mil.

O órgão espera aumentar a eficiência do processo, reduzindo o tempo de análise das declarações e acelerando a liberação das restituições. De acordo com Vai Freitas, contadora e sócia da Repense Inteligência Financeira, é crucial que os contribuintes estejam atentos às mudanças deste ano e busquem auxílio profissional para garantir a precisão das informações. "Além disso, a antecipação na organização dos documentos contribui para uma declaração mais eficiente e tranquila", enfatiza.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-03-2024-edicao-247627/>

Receita Federal abre prazo para adesões ao Confia

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** abre, hoje, prazo para novas inscrições por grandes empresas no Confia - programa de conformidade que proporcionará maior facilidade na comunicação com o Fisco e na obtenção da certidão de regularidade fiscal. Ele já está funcionando no modelo piloto, mas poderá ser ampliado a depender da aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2024, que passa a trancar a pauta do Congresso a partir de amanhã.

Hoje, o Confia é voltado para empresas com faturamento de R\$ 2 bilhões anuais, o que indica um público potencial de 1,6 mil companhias.

O projeto piloto vai abrir vagas para 15 empresas. Quem aderir terá preferência depois que o PL for aprovado no Congresso, segundo o auditor fiscal Cláudio Ferrer de Souza, superintendente da **Receita Federal** em São Paulo. Já há nove empresas voluntárias participando do programa.

As vagas são limitadas por causa da capacidade operacional da Receita. O Confia demanda que um auditor fiscal acompanhe de perto a situação da empresa inscrita no programa, funcionando como "ponte" entre ela e o Fisco.

Souza explica que, apesar de o piloto já existir, o PL é necessário para dar a possibilidade de conformidade aos contribuintes, a depender da sua relação com a Receita, mas com segurança para o servidor público envolvido. "Poderemos dar benefícios reais, como excluir multa e diferir pagamento de **tributos**, isso não tem como fazer sem lei", afirma.

O PL foi enviado ao Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em fevereiro, mas ainda não começou a ser discutido pelos deputados. Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), designou o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) para a relatoria do projeto de lei. Ayres disse que pretende apresentar o relatório amanhã, segundo reportagem do Valor.

O PL traz três pilares. O primeiro traz três programas básicos de conformidade: Confia, Sintonia e Operador Econômico Autorizado (OEA). O segundo trata de controle de benefícios fiscais. O terceiro aborda

medidas para devedores contumazes.

Entre os mais de 20 milhões de contribuintes, os devedores contumazes são mil e já foram identificados, segundo a auditora fiscal Márcia Cecília Meng, que também é superintendente da **Receita Federal** em São Paulo. Eles ainda não foram avisados da sua situação mas, a partir da oferta de uma garantia do montante tributário apontado como devido, poderão sair do cadastro, de acordo com ela.

"Antes, a Receita tomava medidas e esperava que o contribuinte descobrisse", diz Márcia. "Com esse PL pretendemos criar a transparência ativa. Todo contribuinte vai saber quais critérios a Receita usa para caracterizar o devedor contumaz e que ele está sendo classificado dessa forma", afirma.

A auditora fiscal explica que os três pilares do PL já estão prontos para rodar, assim que o texto for aprovado. O Confia é o mais conhecido deles porque já tem o piloto em funcionamento. Já foram mapeadas as empresas que estariam dentro dos critérios para adesão, que é voluntária.

O Sintonia, que seria uma espécie de versão do Confia para todos os contribuintes, sem patamar de faturamento, também já está maduro, segundo Márcia. Uma das discussões que poderá ocorrer sobre o programa no Congresso, segundo ela, é se a Receita deverá deixar o ranking que apontará o grau de bom contribuinte de quem aderir transparente para todo o mercado ou apenas para o próprio Fisco. "Os critérios para o ranqueamento devem ser abertos, mas o ranking em si não sabemos", afirma.

Segundo o advogado André Buttini, sócio do escritório Buttini Moraes, o programa Confia tem respaldo nas melhores diretrizes e práticas internacionais em administração tributária e arrecadação. "Atualmente, a legislação fiscal no Brasil traduz uma visão histórica de que o contribuinte tende a ser sonegador e precisa ser fiscalizado e punido", diz. "Mas a tecnologia atual oferece um maior controle e análise de dados, permitindo ao Fisco identificar quem são os bons contribuintes, com elevado índice de conformidade, e classificá-los", afirma.

Para o advogado, o programa tende a ser bem sucedido. "Com uma postura de orientação,

regularização e facilitação, o Fisco tende a arrecadar mais, inclusive sobre temas em que o contribuinte poderia levar a litígio, mas é desestimulado ao conflito, pois perderia o seu rating de conformidade, o que acaba sendo mais importante", afirma.

Para Paulo Leite, sócio tributário do Stocche Forbes, toda medida que busque melhorar o diálogo entre a Receita e os contribuintes é positiva. "Muitas vezes vemos os contribuintes recorrendo ao Poder Judiciário para renovação de certidão de regularidade fiscal e resolução de pendências de declarações que poderiam ser facilmente resolvidas com um canal de diálogo mais aberto", afirma.

"Entre os milhões de contribuintes, os devedores contumazes são mil" Márcia Cecília Meng

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187817>

Receita multou alvos da investigação em R\$ 22,8 bi

Beatriz Olivon De Brasília

Além da esfera penal, a Operação Lava-Jato também teve reflexos tributários. Segundo dados da **Receita Federal**, as autuações contra empresas e pessoas físicas alvos das investigações criminais somam R\$ 22,8 bilhões. Passados dez anos,

R\$ 2,8 bilhões desse montante foram pagos, enquanto R\$ 8 bilhões ainda estão em discussão. Os valores incluem o principal, além de multas e juros.

Nas autuações, a União cobra **tributos** que deixaram de ser pagos, em geral, por causa de informações e valores falsos ou inexistentes declarados ao Fisco. Enquanto na esfera penal as acusações são de lavagem de dinheiro, corrupção ativa, participação em organização criminosa, entre outros, na tributária, os ilícitos apontados são despesas respaldadas em documentação inidônea, pagamento sem causa e dedução indevida de **tributos**.

O pente-fino foi conduzido por um grupo especial do Fisco, a Equipe Especial de Fiscalização na Operação Lava-Jato. Ao todo, foram instaurados 3.515 procedimentos fiscais, a partir das investigações criminais.

A tributarista Gisele Bossa, sócia do Demarest Advogados, contabiliza que oito teses ligadas à operação chegaram ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ex-conselheira, Bossa julgou alguns dos casos. Entre as justificativas mais comuns nas autuações está a indedutibilidade das despesas com o pagamento de propina e o pagamento a beneficiário sem causa.

A Receita entende ser devido tributo sobre valores desembolsados em supostos contatos de prestação de serviços que encobririam o pagamento de propinas. O Fisco não reconhece as despesas apresentadas a partir de documentos e justificativas que entende serem falsos. Como as despesas reduzem a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL, cobra a diferença.

Nas autuações que cobram IRPJ e CSLL sobre valores de despesas inexistentes, a Receita alega que os valores correspondiam a repasses de dinheiro para supostas prestações de serviços, que nunca

ocorreram. Há ainda a cobrança de IR de pessoa física por pagamento sem causa, quando contratos apontavam prestação de serviços não realizada. Outras discussões são a possibilidade de tributar valores recebidos ilicitamente, devolvidos em colaboração premiada, e sobre cobrança de IOF de importadora de fachada, em operações cambiais fraudulentas.

Dos R\$ 22,8 bilhões em autuações, R\$ 8 bilhões ainda estão em julgamento, na esfera administrativa ou judicial. Há ainda R\$ 2,2 bilhões em cobrança e R\$ 2,1 bilhões foram enviados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para cobrança. Outros R\$ 2,2 bilhões estão suspensos por medida judicial e R\$ 200 milhões foram classificados pela Receita como "outros". Um total de R\$ 2,3 bilhões do valor cobrado está extinto, portanto, já não entrará nos cofres públicos.

Os dados são de maio de 2023 e foram enviados pela **Receita Federal** em fevereiro, em resposta a pedido feito pelo Valor. A maior parte dos procedimentos fiscais foram instaurados entre 2016 e 2019. Em 2017 o **Carf** julgou o primeiro caso de cobrança de **tributos** de empresa envolvida na Operação Lava-Jato. A autuação envolvia a Engevix Engenharia e Projetos e foi mantida. O recurso da empresa foi julgado em fevereiro de 2024, pela 1ª Turma da Câmara Superior e negado, mantendo a cobrança de, aproximadamente, R\$ 140 milhões, reduzindo a multa.

A autuação é referente ao período de 2010 a 2013. A Receita apontou despesas respaldadas em documentação inidônea, pagamento sem causa e dedução indevida de **tributos**. Por isso, desconsiderou as despesas e cobrou Imposto de Renda (IRPJ e IRRF) e CSLL sobre os valores. Já a empresa alega que serviços foram prestados, embora não exatamente como consta nos contratos (processo n-13896.723568/2015-00).

Derrotada no **Carf**, a empresa ainda pode buscar o Judiciário. A Engevix informou que ainda está aguardando ser formalmente intimada da decisão para avaliar a estratégia a ser adotada.

Entre 2017 e 2019, foram julgados pelo menos 22 processos envolvendo a operação no **Carf** e a Fazenda Nacional ganhou todos - em muitos ainda era

possível apresentar recurso e mesmo levar a discussão ao judiciário.

Um dos casos mais expressivos foi julgado em 2020. Trata-se da cobrança de IRPJ e CSLL da Odebrecht (hoje Novonor). Na autuação, a **Receita Federal** cobra IRPJ, CSLL e IRRF sobre despesas da empresa no Equador, Panamá, República Dominicana, Angola e Venezuela, entre 2012 e 2015 (processo n-16004.720126/2018-31). Foi mantida cobrança de cerca de R\$ 2 bilhões referente a IRPJ e CSLL, mas uma fatia do mesmo valor, de IRRF, foi afastada. Os recursos ainda serão julgados pela Câmara Superior.

Para o Fisco, tratava-se de um esquema da Odebrecht para reduzir a tributação no Brasil mediante despesas fictícias geradas no exterior. Essas despesas iam para conta offshore (fora do país) da própria empresa, que alimentava o caixa dois no exterior. A despesa diminuía o lucro da empresa no Brasil, que é base de cálculo dos **tributos**.

Mas, no caso do IRRF, a maioria dos conselheiros considerou que os pagamentos foram feitos por sucursais no exterior, que seriam a fonte pagadora, não pela construtora no Brasil. Por isso, não caberia a cobrança.

Até mesmo alguns bancos foram responsabilizados por **impostos** não recolhidos por empresas envolvidas na Lava-Jato. No **Carf**, de forma geral, foram liberados dos pagamentos. Os bancos não fizeram parte da fraude, mas viraram alvo da **Receita Federal** porque são os responsáveis, por lei, pela retenção dos **impostos**. Nos casos da Lava-Jato, não houve retenção porque as instituições acreditavam se tratar de operações de importação.

Processos judiciais e administrativos ainda tramitam, mas a equipe especial da Receita encerrou os trabalhos. Agora, uma nova alegação pode surgir nos casos: o questionamento das provas que levaram às autuações, em decorrência da decisão do ministro Dias Toffoli sobre a anulação de provas. A **Receita Federal** não respondeu se a decisão pode afetar os casos no **Carf** e na esfera judicial. Já para os tributaristas, pode ser alegado nos processos - e bem sucedido.

Segundo Gisele Bossa, o que foi pago para a **Receita Federal** pode ser revertido com a decisão de Toffoli, especialmente se o caso for levado ao Judiciário. "Na via administrativa, trabalha-se com o conceito de provas indiretas que, somadas, foram o convencimento dos julgadores, bem como a teoria da descoberta inevitável. Contudo, as provas obtidas por meios ilícitos são mais fortemente combatidas no âmbito judicial", afirma.

A especialista observa ainda que as delações não foram os únicos meios de prova utilizados nos casos, mas são usadas para convencer os julgadores. Se a decisão do ministro Dias Toffoli se tornar definitiva, ela ainda não será de aplicação obrigatória no **Carf**, por não ser repercussão geral, mas poderá ter força no Judiciário.

Procuradas pelo Valor, a Novonor (novo nome da Odebrecht) e a PGFN não quiseram se manifestar.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1>

Mais de 30 concursos na capital

CAROLINA FREITAS *redacao@gruposjbr.com*

O concurseiro que não conseguiu se inscrever para o inédito Concurso Público Nacional Unificado (CNU) não precisa ficar preocupado, pois afinal, o que não falta são certames previstos para 2024. São esperados para este ano mais de 30 concursos de abrangência nacional e distrital (do DF) para quem busca a tão sonhada vaga em um órgão público.

O principal concurso público com edital publicado e inscrições abertas até o dia 25 de março é o da Caixa Econômica Federal. São ofertadas para este certame mais de 4 mil vagas para nível médio e 50 para nível superior. A remuneração varia de R\$ 3 mil a R\$ 14 mil. Já os principais concursos com edital previsto são: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Ministério Público da União (MPU) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dentre os concursos previstos para 2024, alguns já estão com a banca definida, como é o caso do TSE -o certame será conduzido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebrape). Outros estão com a comissão formada ou banca em definição. Em contrapartida, alguns foram apenas anunciados e solicitados.

Afinidade e tempo Para o servidor público e professor do IMP Concursos, João Leles, os novos concursos surgem em bom momento, e o importante é se preparar da melhor forma possível.

"Ao escolher para qual concurso vai estudar, o concurseiro deve levar em consideração a afinidade com o conteúdo e o tempo necessário para concluir o estudo, precisa ser constante, ou seja, todos os dias. Estudar todos os dias é mais importante do que a quantidade de horas destinadas. Além disso, a revisão é fundamental".

Uma outra dica do professor é escolher uma área que possa englobar mais de um certame para que assim seja possível fazer mais de um concurso público no ano. "O concurseiro deve começar a estudar antes de sair o edital, por isso, o ideal é escolher uma área que engloba mais de um certame".

Uma notícia não tão boa é que alguns concursos previstos para este ano podem ter edital lançado somente em 2025, ou nem sair. "Alguns concursos ficam para 2025, mas há uma boa perspectiva de oportunidades para os próximos dois anos", destacou

o professor.

A pós-graduanda em Ciências Jurídicas aplicadas às Atividades do Ministério Público e concurseira, Gleice Freitas, 27 anos, está estudando para o CNU, mas também está de olho no concurso do MPU.

"Desde sempre eu estudo para o Ministério Público, o meu principal objetivo. Mas este ano decidi estudar também para o CNU, com expectativa que após ele saia o edital do MPU", comentou.

Estabilidade financeira Gleice começou a estudar para concurso quando se formou em Direito, em 2022: "Eu sempre enxerguei o concurso como uma forma de se obter uma estabilidade financeira, mas o que me fez querer estudar para concurso mesmo foram as minhas experiências com estágios em órgãos públicos".

Em relação aos estudos, Gleice completou ainda que encontrar um ritmo de estudo no início foi difícil, mas ela conseguiu superar as dificuldades: "Estudo durante a semana das 14 às 23h. Aos finais de semana vou para uma sala de estudos e fico o dia inteiro, tirando alguns intervalos para descanso.

SERVIÇO

Confira abaixo a lista de concursos nacionais e distritais abertos e previstos para 2024

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Situação: Edital publicado

Número de vagas: 4.000 para nível médio e 50 para nível superior

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (ICMBIO)

Situação: Anunciado

NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

Situação: Solicitado

Número de vagas: 1.003

JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ)

Situação: Solicitado

Número de vagas: 284 vagas

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Situação: Solicitado

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

Situação: Banca em definição

Número de vagas: 15

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)

Situação: Anunciado

Número de vagas: 2.408

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
(PRF)

Situação: Solicitado

Número de vagas: 5.121

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Situação: Solicitado

Número de vagas: 160 vagas

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Situação: Comissão formada

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
(ANPD)

Situação: Solicitado

Número de vagas: 213

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU)

Situação: Banca em definição

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Situação: Estudo em andamento

Número de vagas: 890

POLÍCIA FEDERAL (PF)

Situação: Anunciado

Número de vagas: 2.000

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)

Situação: Previsto

Número de vagas: 1.574

RECEITA FEDERAL

Situação: Solicitado

Número de vagas: 1.310

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

Situação: Banca definida

Número de vagas: 520 vagas

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Situação: Previsto

Número de vagas: 7

Salário: até R\$ 19 mil

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

Situação: Comissão formada

Número de vagas: 240

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

Situação: Previsto

Número de vagas: 94

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO
FEDERAL (DETRAN-DF)

Situação: Previsto

Número de vagas: 182 vagas

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

Situação: Previsto

Número de vagas: 890

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)

Situação: Autorizado

Banca organizadora: A definir

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS
DO DISTRITO FEDERAL (DER-DF)

Situação: Previsto

Número de vagas: 185

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL (CBMDF)

Situação: Autorizado

Número de vagas: 356

SECRETARIA DE ECONOMIA DO DISTRITO
FEDERAL

Situação: Previsto

Número de vagas: 366

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
(DPDF)

Situação: Previsto

Número de vagas: 40

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITÓRIOS (TJDFT)

Situação: Autorizado

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
(TCDF)

Situação: Banca em definição

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Situação: Previsto

Número de vagas: 630

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Situação: Previsto

Número de vagas: 2.379

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Situação: Comissão formada

PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA DO
DISTRITO FEDERAL

Situação: Banca definida

Número de vagas: 217

BANCO DE BRASÍLIA (BRB)

Situação: Previsto

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=17500>

Franquias complementam renda de aposentados

A aposentadoria está deixando de ser sinônimo de inatividade. Os brasileiros vêm descobrindo as vantagens de investimento em um negócio próprio a fim de se manterem em atividade e ainda obter um meio de rendimento complementar ao benefício pago pelo **INSS**. A aversão ao risco causada pela idade avançada e a busca por segurança nos resultados tornaram as franquias uma opção atraente para quem já passou dos 60 anos ou está próximo de chegar a essa faixa etária.

Segundo dados do **INSS**, o número de aposentados e pensionistas no Brasil é de mais de 39 milhões de pessoas. De acordo com uma pesquisa do Datafolha, feita em parceria com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), entre as que pretendem viver do dinheiro do **INSS** e entrar para esse grupo, 34% já estimam o valor do benefício, que fica em média em R\$ 2 mil. Em comparação com a pesquisa anterior, feita em 2021, o percentual de brasileiros que guardam dinheiro para a velhice passou de 23% para 28%, tendo em vista também os baixos valores desses rendimentos.

A economia visa não só a uma proteção na velhice, mas também acumular recursos para investir em um negócio próprio. Foi o caso do engenheiro paulista Luiz Liaberia, de 67 anos. Ele se aposentou há cerca de dois anos, mas, bem antes disso, já tocava uma franquia da Limpeza com Zelo. Sua experiência profissional com equipamentos e com a área comercial o ajudou a administrar a unidade franqueada, que presta serviços de limpeza e desinfecção em empresas. Mas, apesar de o negócio ter dado certo e de se somar ao benefício que recebe do **INSS**, ele não pensa em parar de trabalhar.

- Sempre procuro delegar responsabilidades, mas preciso acompanhar o trabalho de perto. Enquanto eu tiver disposição, vou estar na ativa. Não passa pela minha cabeça abandonar tudo e morar em um sítio com galinhas no interior - afirma Liaberia.

Patrícia Gomes da Cunha, uma jornalista de 55 anos, que mora em Brasília, pensa da mesma forma. Ela ainda não completou as exigências para requerer a aposentadoria pelo **INSS**, mas deixou de atuar na sua área profissional de origem para abrir uma franquia da Bubble Mix (de chá tailandês) na capital federal. Enquanto faz suas contribuições para ter direito à

aposentadoria, já planeja manter o negócio como um complemento de renda.

- Hoje me sinto mais leve, com menos pressão. Mas não tenho perfil de ficar quieta e vou continuar trabalhando enquanto puder. A diferença é que, com a loja, eu organizo meu horário e tenho menos estresse. É um trabalho muito prazeroso- afirma Patrícia.

CAUSAS SOCIAIS

Aos 58, a ex-bancária aposentada Ana Leopoldina Nazário Martins, de Dourados (MS), já goza da segurança do benefício do **INSS** com a complementação de rendimentos que um negócio próprio lhe proporciona. Ela abriu uma unidade da marca Peça Rara, de roupas de segunda mão, e não se arrepende. Ao deixar o emprego, tinha planos de viver viajando, mas a pandemia impediu a realização do sonho de ter um estilo de vida inativo. A situação inesperada foi um estímulo para empreender, ainda mais em um modelo que visa à sustentabilidade e ao apoio a causas sociais.

- Eu me identifiquei muito com a filosofia da marca, e, como não havia brechós na cidade, esse desafio me motivou. É um negócio que exige muita dedicação e ainda está crescendo, mas me sinto bem satisfeita. Não parei de trabalhar, mas tenho mais liberdade: posso tirar um cochilo depois do almoço e fazer atividade física de manhã - argumenta Ana Leopoldina.

Mauricio Souza Guimarães, de 62, bacharel em Direito, que durante 35 anos foi funcionário público no estado de São Paulo, esperou a aposentadoria para realizar seu sonho de empreender. Porém, seu maior desafio foi encontrar algum empreendimento em que não fosse necessária uma formação curricular para que pudesse conduzir o negócio da melhor forma.

Decidiu, então, investir no setor de energia solar, fonte que já utilizava na própria casa, e se tornou um franqueado da Ecos Energia Solar fotovoltaica, com o objetivo de complementar a renda, a princípio atuando no modelo home based. Mas, quatro meses depois, já começa a planejar a abertura de sua primeira loja.

O empreendedor não cogita parar de trabalhar, mas conta com a ajuda do filho para tocar o negócio e tem

planos de atingir a meta de faturar R\$ 500 mil mensais até o fim deste ano.

- Tocar o negócio toma muito meu tempo, mas de uma forma saudável. Não tenho mais aquela preocupação de construir o futuro, porque já garanti minha segurança, e a ajuda do meu filho alivia. Depois de 35 anos de vida laboral, é bom também ter um pouco de sossego - diz Guimarães.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento deve ter bloqueio de R\$ 5 bilhões

Para evitar um estouro no limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal, o governo federal deve precisar fazer um bloqueio de R\$ 5 bilhões a R\$ 15 bilhões. Com isso, o aumento da arrecadação vai ajudar a manter o déficit dentro da margem de tolerância de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Além disso, o bloqueio de despesas será necessário porque gastos obrigatórios com Previdência, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) estão crescendo.

A finalidade é evitar o risco de faltar dinheiro para essas ações. O valor definitivo do bloqueio ainda está em discussão e pode sofrer variações. O primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas será enviado ao Congresso na próxima sexta-feira (22/03). Um dos elementos-chave para o cálculo é o relatório técnico do grupo de trabalho da Previdência, que está refinando os números do que deve ser poupado com a revisão dos benefícios.

A principal aposta do governo para cortar despesas é o Atestmed, sistema que recebe atestados médicos online para pedidos de auxílio-doença, dispensando a perícia presencial. A ferramenta usa inteligência artificial para fazer cruzamentos de dados e detectar falsificações e fraudes. Segundo técnicos do governo, a economia com o Atestmed deve ser superior a R\$ 5,5 bilhões. O valor considera o uso do sistema em cerca de 85% das análises de requerimentos do auxílio-doença até junho.

A duração média dos auxílios concedidos via Atestmed está entre 60 e 70 dias, contra 300 dias de um benefício que precisa aguardar perícia presencial. O grupo técnico também está mapeando outras ações que podem poupar recursos.

Para o primeiro relatório, se o governo conseguir garantir uma revisão parcial dos gastos do **INSS**, o bloqueio poderá ficar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. Mesmo com todo esse esforço, a necessidade de segurar despesas existe porque a folha de pagamento do **INSS** está crescendo pela concessão mais rápida de benefícios. Por isso, a alta do gasto previdenciário, que ainda pode ficar em torno dos R\$ 15 bilhões.

Nessa semana, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, reconheceu que os gastos da área devem ter uma expansão neste ano. "Todo esse impacto empurra o gasto para cima, mesmo com toda essa

economia, essa equação é impossível de diminuir. Você pode diminuir o impacto final, como vamos diminuir com o Atestmed. Mas tem um impacto, não tem o que fazer", afirmou. O bloqueio será feito em despesas dos ministérios, mas não pode atingir os gastos com Saúde, que já estão próximos do valor mínimo determinado pela Constituição. No Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, boa parte dos R\$ 7,8 bilhões aplicados na faixa 1 do programa no ano passado ainda estão no FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e pode ser usada para administrar o fluxo de pagamentos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-03-2024-edicao-247627/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Publicado em 18/03/2024 - 07:02
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (18) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 679,23. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,15 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 270 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 100 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 3,21 milhões de famílias foram incluídas no programa desde março do ano passado. Segundo a pasta, isso se deve à estratégia de busca ativa.

Regra de proteção

Cerca de 602 mil famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,49.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias inscritas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

Companhias abertas criticam MP que limita compensações tributárias

Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta De Brasília

A limitação às compensações tributárias imposta pelo governo federal por meio da Medida Provisória (MP) 1.202 significará um "empréstimo compulsório" das empresas para a União, tem precedente contrário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pode representar um "drible" ao novo arcabouço fiscal, afirma a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) em documento que será distribuído aos parlamentares.

A restrição às compensações é a única parte que sobrou na MP, após deputados e senadores pressionarem o governo a tratar em projetos de lei separados as propostas de revogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da desoneração da folha de salários das empresas e dos municípios com até 142 mil habitantes.

O tema tem passado à margem das discussões e enfrentado pouca resistência no Congresso, mas a Abrasca - que representa empresas que somam 80% do valor negociado em bolsa no país - decidiu municiar deputados e senadores com informações para mostrar as possíveis consequências da proposta, que impõe prazo de até cinco anos para que os créditos obtidos com o pagamento a mais de **impostos** sejam ressarcidos aos contribuintes.

A entidade diz que a medida representa um "risco fiscal" por incentivar a "migração da sistemática" de compensações para os precatórios (dívidas judiciais). "Ainda que em ambos os casos se trate do cumprimento de compromissos com os contribuintes, o efeito fiscal desses dois modelos é distinto", afirma em nota técnica obtida pelo Valor.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, a pedido do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que os precatórios que excedam o teto de pagamentos estabelecido por uma emenda constitucional aprovada no governo Bolsonaro (PL) não serão contabilizados nos limites do novo arcabouço fiscal e da meta de resultado primário. Por outro lado, as compensações tributárias reduzem a arrecadação e impactam o cálculo do superávit. Se aprovada a MP, os precatórios continuarão a ser pagos em até um ano e meio, mas as compensações

poderão levar cinco anos para serem completamente ressarcidas.

"Caso haja uma migração relevante dos contribuintes da sistemática da compensação para os precatórios, podem ocorrer efeitos danosos ao Arcabouço Fiscal e a estabilidade de longo prazo do equilíbrio fiscal. O desequilíbrio fiscal penaliza as empresas com o aumento de juros e a redução da sua competitividade", declara a Abrasca no documento.

Um especialista do Congresso em Orçamento ouvido pelo Valor, contudo, minimiza o impacto disso. Segundo ele, o pagamento dos precatórios conta para os cálculos de resultado primário do novo arcabouço e o STF autorizou apenas que o excedente do teto poderá ser quitado fora da meta fiscal até 2026 - portanto, só o que exceder R\$ 47 bilhões em precatórios no próximo ano ficaria excluído das regras fiscais. Não há estimativas precisas de qual será o estoque de dívidas a serem pagas em 2025 e 2026.

O grande volume de compensações realizado recentemente ocorreu por causa da vitória dos contribuintes na "tese do século" no Supremo Tribunal Federal (STF), que tornou ilegal a inclusão do 1CMS na base de cálculo da PIS/Cofins. Isso fez com que os créditos judiciais saltassem de R\$ 5,3 bilhões em 2018 para R\$ 102,4 bilhões em 2021.

Mas esses créditos tributários por via judicial estão caindo gradualmente - R\$ 91 bilhões em 2022 e R\$ 82,7 bilhões em 2023. "A seguir essa tendência, ela [compensação] deve retomar os níveis de quatro anos atrás em 2024", projeta a Abrasca.

A entidade ainda argumenta que a limitação às compensações judiciais "vem na contramão da lógica" da **reforma tributária**, de agilizar o desconto dos créditos e faz "com que o Estado se aproprie indevidamente, ainda que de modo temporário, do patrimônio dos contribuintes" com o objetivo de "gerar arrecadação ilusória no curto prazo".

"A MP 1202/23, tal como está, cria o equivalente a um empréstimo compulsório em favor da União, pois (i) reconhece que o Estado deve, (ii) mas limita a devolução desses recursos a seu tempo, criando prazos de pagamento de até cinco anos", critica.

A Abrasca busca rebater ainda o principal argumento do governo federal, de que precisa de previsibilidade sobre sua arrecadação, e destaca que o impacto das disputas nos tribunais consta anualmente do documento "Risco provável percebido pelo Tesouro Nacional" enviado ao Congresso. Também ressalta que o STJ se manifestou em 2007 "no sentido que as regras de compensações não podem ser modificadas em processos judiciais já em andamento".

Informado sobre os pontos de crítica listados pela Abrasca, o Ministério da Fazenda não os rebateu um a um. Apenas reafirmou os argumentos da Exposição de Motivos, texto explicativo que acompanha a MP. Diz o documento que o volume de compensações deve ultrapassar a marca de R\$ 1 trilhão no período de 2019 a 2023. Créditos decorrentes de decisões judiciais representam 38% das compensações realizadas a partir de 2019, ante 5% no período de 2005 a 2018.

Segundo a Fazenda, o objetivo da MP é "resguardar a arrecadação federal ante a possibilidade de utilização de créditos bilionários para a compensação de **tributos**". Informa também que os contribuintes detentores de créditos de valor inferior a R\$ 10 milhões não são atingidos. Para os que possuem valores acima desse limite, o uso dos créditos é escalonado no tempo.

"É preciso aplaudir a regulamentação do tema das compensações, com as limitações propostas na MP", afirmou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, ex-secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo. "Compensação tributária é apenas um jeito de pagar imposto que viabiliza o uso do crédito tributário; quem não quer usar o crédito assim e quer, na verdade, receber em dinheiro, tem de entrar na fila dos precatórios e pronto." Não há nada de inusitado na proposta, disse o economista-chefe.

As empresas foram pegadas de surpresa e estão preocupadas, principalmente as que elaboraram seu planejamento orçamentário considerando que poderiam usar livremente seus créditos ao longo do ano e, conforme a MP, não mais poderão fazê-lo, disse Cinthia Benvenuto, sócia da área tributária da Innocenti Advogados. As que precisavam do crédito para o início do ano estão recorrendo à justiça.

"Mudaram a regra não no meio do jogo, mas depois que a partida acabou", comparou Cinthia Benvenuto. As empresas que foram afetadas pela MP recolheram os **tributos** indevidamente e obtiveram reconhecimento da Justiça. Elas abriram mão de executar judicialmente a decisão e optaram pela via administrativa, que é o uso de crédito "em dois ou três meses, e não em cinco anos."

A alternativa oferecida pelo governo, a de pedir emissão de precatórios, não é tão simples quanto parece, comentou. Envolve a abertura de uma nova ação, que será julgada e só ao final será determinada a expedição do precatório, a ser pago no ano seguinte. É uma alternativa custosa e demorada.

Na visão da advogada, a MP vai contra o direito adquirido e a coisa julgada. Além disso, retroage a lei para prejudicar o contribuinte. Cinthia Benvenuto afirmou que há bons argumentos para questionar a constitucionalidade da MP.

No entanto, muitas empresas que entraram na Justiça contra a MP tiveram decisão negativa da Justiça, comentou Gabriela Rosa, consultora de jurídico e tributário da BMJ Consultores Associados. Por isso, ela acredita que as pressões para reverter a medida se concentrarão no Congresso Nacional. "Existe um cenário que a MP acabe caducando e só o projeto de lei prospere", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1>

"A janela fechou"

»»*Rosana Hessel*

»»ENTREVISTA// TONY VOLPON //Ex-diretor do BC e professor adjunto da Georgetown University

- Às vésperas da segunda reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o sinal de alerta voltou a ficar amarelo, pois a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgada na terça-feira, acelerou em fevereiro para 0,83%, variação acima do esperado pelo mercado.

Esse dado, somado às incertezas que ainda devem persistir ao longo do ano, não apenas no mercado doméstico, enterram qualquer chance de o BC acelerar o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 11,25% ao ano, na avaliação do economista e ex-diretor do Banco Central Tony Volpon.

"Com a inflação acima do esperado, então, não tem o que fazer.

Fechou a janela, e o BC vai ter que caminhar com os dois cortes de 0,50 ponto percentual", sentencia o economista ao comentar sobre a decisão do Copom na reunião de amanhã e de quarta-feira.

Contudo, ele reconhece que o juro real (descontada a inflação) do Brasil ainda é "estupidamente alto" e lembra ainda que o Produto Interno Bruto (PIB), apesar da surpresa em 2023, com crescimento de 2,9%, ainda está "estagnado".

Na avaliação de Volpon, ainda não está certo se o Copom continuará com o forward guidance (sinalização futura) das reuniões anteriores, pois ainda há um risco no radar vindo dos Estados Unidos que pode, em vez de iniciar um corte, aumentar ainda mais os juros. Ele prevê vitória do republicano Donald Trump nas eleições deste ano para a presidência dos EUA, o que poderá resultar em novas pressões inflacionárias. "Esse pouso suave não é bem assim. A economia americana pode arremeter novamente, e os juros subirem", ressalta.

O professor adjunto da Georgetown University, sediada em Washington, aponta como um dos fatores de risco que o mercado vem incluindo na conta está a mudança no comando do Banco Central uma vez que, em dezembro deste ano, vence o mandato do presidente da autoridade monetária, Roberto Campos

Neto. Ao ver do economista, o novo diretor do BC e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, tem grandes chances de ser o escolhido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para o lugar de Campos Neto, mas ele ainda precisará conquistar a confiança do mercado. "Ele vai ter que provar esse compromisso com a meta e a independência do BC. Não tem nada que ele possa fazer ou falar que vai diminuir essa incerteza", pontua. A seguir, os principais trechos da entrevista de Volpon concedida ao Correio: A inflação de fevereiro veio acima do esperado. Qual expectativa para a próxima reunião do Copom?

Ficamos vários meses com a inflação vindo abaixo do esperado.

Eu achava e ainda acho que isso era uma janela para o BC acelerar o ritmo de corte (da Selic) sem sofrer nenhum dano, certamente, no câmbio. E as expectativas estão rodando acima da meta em função da incerteza sobre as mudanças no comando do BC.

Mas não é por conta do fiscal?

Não. É a mudança no BC no fim do ano e sobre quem vai ser o novo presidente e qual vai ser o novo Copom com a saída de Campos Neto (em dezembro). Acho que o mercado, até racionalmente, botou um prêmio de risco nas expectativas.

E aí, quem será o próximo presidente do BC terá que comprovar que ele, de fato, tem um compromisso com o centro da meta e, comprovando isso, as expectativas serão reancoradas. Então, de uma certa maneira, as expectativas mais longas não estão mais sendo impactadas por qualquer fator cíclico. Na verdade, é o futuro Copom, após Campos Neto.

Isso é que está no radar do mercado?

Desde a entrada do Galípolo, sabemos que será ele, mas, não há certeza se ele tem um compromisso.

Ele, de fato, tem seguido piamente a linha ortodoxa do Copom, mas sem dissenso algum.

Ele está agindo para tentar ganhar credibilidade. É uma pessoa que tem compromisso com a meta.

Só que o mercado é um pouco cínico e vai fazer aquela coisa de querer ver para crer, quando ele

estiver sentado na cadeira com o Lula entrando em ciclo eleitoral.

Aí é que ele vai ter que provar esse compromisso com a meta e a independência do BC. Não tem nada que ele possa fazer ou falar que vai diminuir essa incerteza.

Mas e o fato de a **inflação** ter vindo um pouquinho acima do esperado?

Agora, com a **inflação** acima, então, não tem o que fazer. Fechou a janela, e o BC vai ter que caminhar com os cortes de 0,50 ponto percentual (na Selic) e tem essa discussão de que vão continuar ou não com o forward guidance de que manterá ou não o ritmo nas próximas no plural ou não.

E qual a opinião do senhor?

Eu acho que eles deveriam continuar, porque há claramente a intenção de fazer, pelo menos, esses dois cortes. Teria que acontecer uma grave mudança de cenário, independentemente da **inflação** estar incomodando de novo. O juro real brasileiro ainda é estupidamente alto.

Ainda tem espaço para cortar os juros?

É...A economia está estagnada.

Convenhamos que ela não cresceu nada no ano passado. O **PIB** de 2023 foi, na verdade, o crescimento do primeiro semestre. Na segunda metade do ano, andou completamente de lado. Não é que a economia esteja bombando. Então, acho que tem espaço para cortar e ser menos contracionista (na condução da política monetária). Tinha uma janela temporal para fazer um movimento mais forte. Não se aproveitou dessa janela. Para mim, foi um erro, mas agora a janela fechou.

Então, não tem o que fazer, porque se eles tentarem fazer assim, o câmbio anularia tudo.

O câmbio está em torno de R\$ 5, poderia estar mais baixo?

Sim, se houvesse um ambiente menos tensionado em relação a questões do ambiente de negócios, o dólar poderia estar em torno de R\$ 4,20. Estamos tendo um resultado fiscal melhor do que o mercado esperava, a aposta do Haddad, que poderia endereçar, pelo menos, parte do rombo fiscal com aumento de arrecadação, de fato, funcionou, e o governo está tendo essa receita. Existe uma discussão se essa receita é temporária ou permanente, mas uma coisa que aprendi nesses anos é que o governo brasileiro

tem uma capacidade constante de achar receitas temporárias.

Como assim?

Quando você olha os dados, ao fazer essa quebra entre o estrutural e o temporário, você vê que existe um estrutural temporário, porque existe um temporário que sempre está pingando. O governo tem um grande jogo de cintura para achar alguma receita. De vez em quando, são dividendos ou alguma mudança. E isso ocorre em todos os governos. Agora, essa melhora no quadro fiscal, por exemplo, deveria refletir na precificação do mercado. Mas, não. O câmbio está atolado em R\$ 5, a curva de juros oscilou, mas agora está meio sem rumo, e a Bolsa não sai do lugar.

Então, temos uma economia em que os preços não refletem essa melhora, porque você tem uma retórica e algumas ações do governo que assustam o mercado.

Foi o que aconteceu com o tombo das ações da Petrobras?

Essa questão da mudança na distribuição de dividendos são ações que podem, sem abordar a questão do mérito, mas a maneira como elas estão sendo feitas impactam negativamente a confiança do mercado e do empresariado sobre o rumo da economia. E isso é um problema que vemos no **PIB**, a queda de investimentos, que subiu bastante no pós-pandemia, mas está recuando, ainda é preocupante, porque ele é o **PIB** futuro.

E o Brasil não consegue aumentar muito a taxa de investimento em relação ao **PIB**. Essa taxa estava artificialmente alta no governo Dilma (Rousseff), despencou com a recessão de 2015 e 2016, e recuperou um pouco no governo Michel **Temer** e no início do governo Jair Bolsonaro, mas ficou abaixo do que era antes. E, obviamente, quando veio a pandemia, desabou, mas subiu após a pandemia, mas, agora, caiu de novo.

Mas esse aumento do investimento não está relacionado com a alta da poupança durante a pandemia, porque muita gente deixou de consumir?

Não tem nenhuma relação com a poupança. Claro que teve uma perna de demanda pós -pandemia. Entrou uma demanda boa, mas eu acho que o empresariado, e, isso é uma tese que eu tenho sobre o Brasil e os Estados Unidos também, que precisarão de uma certa maneira, ter um ganho de produtividade.

A pandemia forçou as empresas a repensarem o modo de operar e de atuar e buscarem eficiências internas e

ganhos de produtividade.

E, parte disso, é investir mais. Então, de repente, você tem um crescimento maior, uma produtividade maior, e tudo isso um crescimento não inflacionário que vem acompanhado de produtividade. Essa é uma janela que aqui nos Estados Unidos ainda não se fechou, mas que, no Brasil, parece que foi um fenômeno de curto prazo e que não se sustentou. A economia acabou rodando em um patamar maior, com mercado de trabalho mais apertado, níveis de investimentos mais altos, níveis de produtividade mais altos, que o Brasil não conseguiu dar continuidade a um momento muito bom. Essa é uma combinação de fatores que todo mundo gostaria de ter o tempo inteiro: desemprego baixo, **inflação** controlada, produtividade alta e **PIB** alto. A gente meio que perdeu esse embalo e a gente perdeu esse momento, infelizmente.

Para variar. É o famoso voo da galinha.

Uma pena. Mas o que eu argumento é que não precisava acontecer.

No meu argumento, é que, independentemente de quem seja o governo, porque, no fim do dia, qualquer governante vai querer sustentar isso.

Mas qual foi o problema?

Sem sombra de dúvida, teve um erro do mercado também.

Não vou só ficar criticando o governo.

O mercado não olhou para esse novo equilíbrio para sustentar uma taxa de desemprego maior sem pressão inflacionária.

O mercado ficou preocupado com teorias antigas, e o novo governo ficou mais preocupado com a agenda de recomposição do Orçamento no nível de gastos pré - Bolsonaro, o que até um certo ponto tinha razão de ser, porque houve muito cumprimento de gastos temporários que foi feito especialmente no fim do governo, isso é claro. Acho que houve erros de execução de política monetária.

Agora, essas coisas não podem ser endereçadas, brigando, criticando abertamente o presidente do Banco Central na pessoa física.

Essas coisas têm que ser tratadas de maneira institucional. Haddad até tentou um pouco.

Acha que a Selic terminará o ano em quanto?

Nesses 9%-9,25% ao ano que o mercado está

prevendo. E, agora, o BC vai ter que esperar abrir outra janela (para acelerar o corte). Meu medo é de não ter mais janela, porque, se olharmos para os Estados Unidos, o balanço de riscos está ruim. Primeiro, parece que a **inflação** americana está se estabilizando acima da meta e, nos Estados Unidos, especificamente, o dado que está acontecendo nos mercados ainda não mostra se a política monetária está restritiva e se a **inflação** fica atolada em 3% ao ano, como está atualmente. O Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA), em vez de cortar, pode manter os juros mais altos e até mesmo elevar a taxa básica.

E, quando leio os economistas daqui, vejo muito mais torcida, porque parece que a tese da **inflação** americana ir para 2% com corte de juros depende de muita coisa boa acontecer. Isso pode acontecer, mas também podem acontecer coisas ruins, como um novo choque de petróleo. Essa tese do pouso suave é muito frágil e, se ela não vingar, haverá muita pressão inflacionária sobre os emergentes.

E, obviamente, outra coisa que pode mudar esse cenário é uma vitória do Donald Trump e, com ele, vir um novo choque inflacionário, porque os cortes de **impostos** aprovados por ele vencem em 2025.

"Quem for o próximo presidente do BC terá que comprovar que, de fato, tem um compromisso com o centro da meta e, comprovando isso, as expectativas vão ser reancoradas"

PIB surpreendeu, mas não foi "nada de espetacular", afirma Goldman Sachs

Anais Fernandes

Apesar de ter uma projeção ligeiramente acima do consenso para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2024, o diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, ressalta que o país não está "crescendo a uma velocidade vertiginosa".

O **PIB** de 2024, segundo ele, deve voltar a se aproximar de sua tendência de longo prazo. Ramos projeta alta de 1,9% neste ano, ante 1,8% da mediana do Focus, pesquisa do Banco Central com o mercado. "É OK dada a trajetória de 20 anos, mas, em termos absolutos, é um crescimento baixo."

Em entrevista ao Valor, Ramos relativiza até mesmo o otimismo com o crescimento de 2023. "Não foi nada de espetacular", afirma, observando que, da alta de 2,9%, 0,9% foi "herança estatística" de 2022. "O crescimento mesmo genuíno em 2023 foi de 2%. Ninguém escreve carta dizendo que crescimento de 2% foi algo extraordinário."

O BC fez, na avaliação de Ramos, um "trabalho fenomenal" no controle da **inflação** após o choque da pandemia. "Conseguiu entregar "um parto sem dor", diz.

Nos últimos meses, no entanto, a **inflação** de serviços deu sinais de piora, nota Ramos. Além disso, "você olha para o lado direito, olha para o lado esquerdo, e vê estímulos fiscal, parafiscal, crédito", aponta. "Então, devagar com o andar. É preciso um pouco de cautela e prudência", diz o economista, acrescentando que o BC parece "bem ciente de que é cedo para declarar a vitória na **inflação**".

Para Ramos, na reunião do Comitê de Política Monetária (Co-pom) do BC desta semana, chegou a hora de a autoridade monetária mudar sua comunicação a respeito de decisões futuras. "Seria o ponto mais neutro de tirar essa prescrição sem sinalizar muita coisa. Quanto mais tempo ele ficar em cima dessa sinalização, mais custoso", afirma. O risco, segundo ele, é o BC "acabar entregando, talvez, um tipo de sinal que ele não quer".

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual é a visão do Goldman Sachs para a economia global, sobretudo para os Estados Unidos?

Alberto Ramos: O cenário para a economia americana é relativamente favorável. Em 2023, o Goldman Sachs tinha a visão de que não haveria "hard landing", ou seja, a economia americana não entraria em recessão, apesar do aperto monetário significativo. Essa projeção se provou acertada e continua um pouco nessa toada para 2024. O crescimento deve se manter bastante resiliente. Parece que junho será o ponto ideal para o primeiro corte de juros pelo Fed [Federal Reserve, o banco central dos EUA], mas há muitas incertezas. Isso ainda determina muito o sentimento em relação a mercados emergentes e fluxos de capitais. A visão do banco é que o Fed fará quatro cortes de 0,25 ponto percentual em 2024 e quatro em 2025.

Valor: A perspectiva de resiliência se aplica também ao Brasil?

Ramos: Primeiro, gostaria de fazer uma observação sobre 2023. Tem uma narrativa de que o crescimento do Brasil surpreendeu muito. Sim, surpreendeu em relação à expectativa inicial. Mas ela foi feita com uma perspectiva para muitas outras variáveis que mudaram durante o ano. O crescimento de 2023 não foi nada de espetacular. Foi de 2,9%, mas 0,9% foi carregamento estatístico de 2022. O crescimento mesmo genuíno em 2023 foi de 2%. Ninguém escreve carta dizendo que crescimento de 2% foi algo extraordinário. Além disso, foi um crescimento muito alavancado por duas coisas que não têm a ver com política macroeconômica: a agricultura, que teve safra recorde, e a parte mineral, basicamente, produção de petróleo. Isso adicionou quase um ponto percentual ao crescimento. Também deve se observar que o gasto fiscal primário cresceu mais de 6% em termos reais. Houve estímulo fiscal significativo. Por isso, não surpreende que o consumo tenha ido relativamente bem. Então, quando olhamos os motores do crescimento, foi uma grande surpresa? Eu diria que não. Não estamos crescendo a uma velocidade vertiginosa.

Valor: E sobre 2024?

Ramos: Para este ano, vemos uma moderação do crescimento, porque a margem de ociosidade na economia já caiu bastante, o mercado de trabalho está

apertado e a política monetária ainda se mantém restritiva, embora esse viés esteja moderando. Pode até ser que tenha um pouco mais de estímulos fiscal e parafiscal, com crédito dos bancos públicos, investimentos de estatais e o novo PAC. A composição do **PIB** é de um consumo moderado e o delta do investimento, que foi muito ruim em 2023, vindo de negativo para positivo. Estou com um número que acho razoável, 1,9%, ligeiramente mais otimista do que o consenso - acho que o consenso vai se aproximar do nosso número.

Valor: Mas o carregamento estatístico para este ano é menor...

Ramos: Sim, é de 0,2% de 2023 para 2024. Ou seja, se não avançar nada neste ano, vai crescer só 0,2%. Temos um número perto de 2%, quer dizer, um crescimento moderado, vamos voltar um pouco àquilo que é a tendência de crescimento de longo prazo do Brasil. É "OK" dada a trajetória de 20 anos, mas, em termos absolutos, é um crescimento baixo.

Valor: O que esperam da atuação do Banco Central nesse cenário?

Ramos: A **inflação** é um trabalho em andamento. O quadro inflacionário, hoje, é muito diferente. Temos de aplaudir o BC, que fez um trabalho fenomenal, começou a subir a Selic cedo, levou a taxa a um nível claramente bastante restritivo e conseguiu entregar "um parto sem dor", porque desinflacionou a economia com ela crescendo e o mercado de trabalho em pleno emprego. É notável. Foi um trabalho extremamente difícil e que colheu frutos. Tem de cortar a Selic porque a **inflação** assim o permite, inclusive o balanço de riscos. A questão que se apresenta agora é qual é a taxa terminal. Para onde a Selic vai: 10%, 9,5%, 8,5%? O BC sinaliza que a política monetária vai ter de se manter restritiva durante o horizonte relevante, basicamente, até o fim de 2025. Restritiva significa um nível nominal acima de 8,5%; acho que 9%, 9,5% parece um nível razoável para o fim de 2024.

Valor: Quais os pontos de cautela nesse balanço de riscos?

Ramos: Vimos o progresso tangível na **inflação**. Mas nem tudo são rosas, porque você tem uma **inflação** de serviço ainda pressionada. O "momentum" da **inflação** de serviços aumentou nos últimos quatro meses, e isso pode estar relacionado à dinâmica do emprego e da formação de salários. As expectativas de **inflação** continuam desancoradas e as próprias projeções do BC estão acima da meta. Você olha para o lado direito, olha para o lado esquerdo, e vê estímulos fiscal, parafiscal, crédito. Então, devagar com o andor. É preciso um pouco de cautela e prudência e parece

que o BC está bem ciente de que é cedo para declarar a vitória na **inflação**. Eu projeto IPCA de 3,9% em 2024, com viés de ser um pouquinho menor. Temos a **inflação** de bens bem comportada, mas a **inflação** de serviços mais pressionada. O ponto é que não é uma **inflação** na meta, e 3% não é um nível baixo de **inflação**. Entregar a **inflação** na meta é importante, até em termos de expectativas, previsibilidade, de manter o poder de compra dos salários. Entregar a **inflação** baixa e estável é a melhor contribuição que o BC pode dar para um crescimento sustentável e socialmente inclusivo. Acho que ele tem feito um bom trabalho, espero que continue.

Valor: Está na hora de o BC mudar sua comunicação?

Ramos: Eu acho que está na hora. Se o BC vai fazer ou não, não sei. Eu acho que, neste momento, seria o ponto mais neutro de tirar a prescrição futura sem sinalizar muita coisa. Quanto mais tempo ele ficar em cima dessa sinalização, mais custoso. Quanto mais ele prolongar essa sinalização, mais pode acabar entregando, talvez, um tipo de sinal que ele não quer. Ele teve bastante sucesso com essa prescrição desde que começou o ciclo de cortes em agosto de 2023 com 0,50 ponto percentual. Agora, depois de cinco cortes, se aproximou um ponto em que ele vai ter de mudar. E é sempre complicado mudar essa prescrição futura sem entregar outro sinal, porque a mudança em si é um sinal. A grande discussão, hoje, é se ele vai [colocar a prescrição futura sobre as reuniões] no singular ou no plural, se pode dar um "guidance over the guidance", isto é, dizer "vou cortar a tal ritmo se o cenário básico se mantiver" e ainda pode dizer que "é a última vez que eu dou essa sinalização", para acalmar o mercado. Seria um sinal em cima do sinal.

Valor: E a projeção de IPCA no fim de 2025?

Ramos: Tenho 3,5%.

Valor: Ou seja, também acima do centro da meta. O sr. vê, em algum momento, essa **inflação** convergir?

Ramos: Pois é, essa é a grande questão. Por que as expectativas estão desancoradas? Você pode dizer que é falta de credibilidade da política monetária, mas não acho que seja o caso. Ou você pode dizer que é a desancoragem em relação às metas fiscais. É o que a gente chama de "policy premium" embutido nas expectativas. O governo tem uma preferência política revelada - e ele foi eleito e não escondeu isso - de achar que o setor público deve ser uma alavanca de crescimento. E ele acha que, para instrumentalizar isso, tem de gastar mais. Sendo esse o objetivo principal, todo o resto no mundo da política macroeconômica está subordinado a ele. Se a **inflação** estiver em 3,5%, tudo bem, porque o objetivo

principal é crescer; se, para gerar crescimento, tiver de não cumprir metas fiscais, que assim seja. Não estou dizendo que a teoria está correta, estou apenas analisando. O mercado percebeu uma mudança estrutural da política fiscal para um "tax and spend".

Valor: O que isso significa?

Ramos: Tributar e gastar. O governo acha que tem de gastar mesmo, só que precisa de mais receita para fazer isso, senão, vai levar a um déficit fiscal muito grande e sabe que o mercado vai ficar nervoso.

Quando o mercado fica nervoso, o prêmio de risco sobe, as condições financeiras ficam mais restritivas e o país cresce menos. Isso significa que o multiplicador fiscal fica muito baixo, até negativo. É o que aconteceu no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff: quanto mais se gastava, menos se crescia. É possível gastar mais e crescer menos, já vimos essa combinação. Como o governo sabe que não pode gastar sem fundo, vai ter de tributar, para que o déficit fiscal e a própria dinâmica de dívida não se descontrolem. Não é, necessariamente, uma estratégia muito eficiente. O Brasil é um país em que a carga tributária já é extraordinariamente elevada.

Valor: Medidas aprovadas pelo governo no ano passado ajudaram a ancorar expectativas?

Ramos: O problema fiscal não é um problema novo, é um problema velho que persiste. O novo arcabouço fiscal não conseguiu ancorar as expectativas de **inflação** em relação às metas que o governo anunciou. O governo falou em uma trajetória de resultados primários crescentes. O mercado acha que é negativo até 2027. Então, se um dos objetivos era ancorar as expectativas, ele não foi atingido. O problema persiste porque a dinâmica de dívida não converge. E não é só mudar de sinal, tem de gerar um superávit robusto o suficiente para estabilizar a dívida.

Valor: Qual seria esse primário?

Ramos: Eu diria que ao redor de 2% do **PIB**. A gente ainda está rodando com déficit de 2%, ou de 1% do **PIB**, corrigindo efeitos atípicos. Tem um caminho pela frente bastante grande. É uma agenda incompleta. No curto prazo, o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad teve até bastante sucesso nas negociações com o Congresso para aprovar medidas tributárias que geraram receita em 2023 e que vão gerar em 2024. Mas algumas medidas são "one-off", ou seja, não recorrentes, não vão se repetir em 2025. Para este ano, a questão é se vai cumprir a meta ou não. É mais provável que não. Mas isso levanta duas questões.

Valor: Quais?

Ramos: Uma coisa é o governo não conseguir entregar a meta e outra é mudar a meta, o que acho mais problemático. Eu preferiria que, se não vai entregar, deixasse ela lá. Não sei o que o governo vai fazer, é uma estratégia mais política do que econômica. A receita veio um pouco melhor em janeiro, parece que nem tanto em fevereiro, então, o governo pode esperar mais um pouco para fazer uma avaliação mais criteriosa de para onde vai o fiscal em 2024. Mas eu acho que, até o meio de 2024, em algum momento, ele vai reconhecer que vai ser difícil cumprir a meta, principalmente se não houver uma grande disposição de controlar os gastos, o que não parece ser o caso. Mas acho também que essa discussão está ficando velha.

Valor: Como assim?

Ramos: Que diferença faz se muda a meta em março ou em maio? O mercado já desencanou disso, já está esperando que não terá déficit zero, mas algo entre -0,5% e -0,8% do **PIB**. Outra grande discussão que está para vir é a respeito de 2025. Como fica? O governo ainda tem uma meta de primário de 0,5% do **PIB**. Tem muita gente falando em um déficit de 1% do **PIB**. Essa pode ser uma questão até mais interessante e que tenha mais impacto na dinâmica de mercado e nos preços de ativos do que o que vai acontecer em 2024.

Valor: O mercado já está olhando para o fiscal de 2025, é isso?

Ramos: Eu estou. O governo não tem uma grande predisposição de controlar o gasto e, por isso, depende muito de como evoluem as receitas. Mas o que eu acho mais importante na discussão é que estamos distantes de resolver o problema fiscal, estamos distantes do primário que estabiliza a dívida e eu diria que, dado o nível muito elevado do endividamento, não é suficiente nem o primário de 2% do **PIB**; deveríamos gerar um primário acima disso para colocar a dívida em uma trajetória descendente. Viver com uma dívida próxima de 80% do **PIB** deixa o país vulnerável a todo tipo de choque. Mas, se está difícil chegar a 2% do **PIB** de superávit, imagine a 2,5%, 3% do **PIB**. Não vejo isso acontecendo no curto prazo e, provavelmente, nem no médio. Mas também acho que perdemos algum tempo falando só do déficit primário.

Valor: Porquê?

Ramos: Ele é importante, talvez a parte mais importante do fiscal, mas o déficit nominal em janeiro foi de 9,1% do **PIB**. Deveríamos refletir sobre isso. A gente também tem de pagar o juro. Temos uma conta

de juros elevada, porque a dívida também é elevada, porque a taxa de juro real é elevada, porque o governo gasta muito. Por isso, eu digo, não subestime o valor da consolidação fiscal. Se você quer juros mais baixos, o caminho mais rápido e mais eficiente é fazer o ajuste fiscal. Agora, também não quero ser alarmista. O que vai acontecer? Provavelmente, nada. O Brasil vai ter uma crise fiscal por causa disso? Provavelmente, não. São déficits muito elevados, isso não é neutro para a macroeconomia, mas não necessariamente vai levar a uma crise fiscal no curto prazo, porque o Brasil tem um mercado bastante líquido e profundo, a poupança interna é relativamente elevada para absorver as necessidades de financiamento do setor público. Não é como na Argentina, onde o mercado doméstico é pífio, precisa pedir emprestado no FMI, a outros mercados.

Valor: Como vê o Brasil posicionado antepares da América Latina, inclusive na questão fiscal?

Ramos: A miséria alheia não me alegra muito. É verdade que a dinâmica fiscal mudou no mundo, mas também é verdade que o Brasil tem vulnerabilidades que outros países, talvez, não tenham. Estou falando, em um média de longo prazo, de crescimento baixo, investimento baixo, endividamento alto e caro, taxa de juro real muito elevada. Mesmo que outros países vão por um caminho que tem custos macroeconômicos e que aumenta a vulnerabilidade, você não deve ir atrás só porque os outros estão indo. Existe um caminho alternativo que é melhor, que a gente deveria escolher e que até diferenciaria positivamente o Brasil no sentido de atrair capital. A agenda de ajuste fiscal não deixa de ser boa pelo fato de alguns países também estarem pisando na bola.

Valor: O sr. citou a Argentina. Como a crise por lá afeta o Brasil?

Ramos: A Argentina é outra galáxia, tem outro tipo de problemas. Comparado com a Argentina, o Brasil está super bem. A Argentina tem **inflação** de 270%, um nível de repressão financeira enorme, não tem acesso a mercados de financiamento convencionais, tem uma economia com todo tipo de controle. Como a Argentina foi um país que empobreceu com políticas intervencionistas populistas nos últimos vinte anos, ela deixou de ser um parceiro comercial extraordinariamente relevante para o Brasil. Mas, se a Argentina melhorar, será positivo, porque nunca é bom ter um vizinho vivendo instabilidades.

"Ninguém escreve carta dizendo que crescimento de 2% foi extraordinário; Não crescemos a uma velocidade vertiginosa"

"A agenda de ajuste fiscal não deixa de ser boa pelo

fato de alguns países também estarem pisando na bola"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1>

Governo leiloará 16 portos este ano e espera investimento privado de R\$ 8 bi

MARIANA CARNEIRO ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O governo vai leiloar neste ano 16 áreas em portos pelo País, com expectativa de um valor total de investimentos privados de R\$ 8 bilhões. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, colocou na lista de arrendamentos e concessões o terminal de minerais do Porto de Itaguaí (RJ), um investimento de R\$ 3,5 bilhões, e de um terminal de grãos no Porto de Paranaguá (PR), avaliado em R\$ 1,1 bilhão.

Desde o início do ano, o ministro tem feito apresentações para investidores estrangeiros e nacionais com um cardápio de concessões portuárias até 2026. O objetivo é que a primeira rodada de leilões comece no próximo mês, com uma lista que inclui o Porto do Recife (PE), seu Estado natal.

Costa Filho afirma ter sido procurado por investidores chineses, árabes, europeus e por fundos de investimentos ligados a bancos locais com interesse em investir em ativos de infraestrutura no País.

Para este ano, ele espera alcançar a marca de R\$ 10,6 bilhões em investimentos privados no setor - isso mesmo tendo tirado da lista ativos interessantes aos olhos dos investidores, como a administração do Porto de Santos.

"Desistimos de privatizar o Porto de Santos, a gestão já é privatizada", afirma Costa Filho.

"Temos 230 portos no País, sendo 22 delegados (a governos locais) e sete de docas públicas, temos de ter uma visão estratégica para ampliar investimentos." O terminal de minérios de Itaguaí, joia da coroa da leva de leilões de 2024, é exemplo do que Costa Filho diz ter avançado nos últimos meses para atrair investidores e cumprir a sua meta.

Ele diz que intensificou o diálogo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para identificar projetos que podem ser alvo de leilões.

Ainda que trate dos mais importantes corredores portuários - há lotes no porto de Santos e de Paranaguá -, o ministro afirma que o objetivo do governo nestes leilões é descentralizar o investimento no setor para diferentes regiões do País.

REGIÃO NORTE. Por isso, haverá, por exemplo, ofertas para o Amapá, no Porto de Santana - estratégico para o governo no âmbito da agenda de integração sul-americana, capitaneada pelo Ministério do Planejamento.

O projeto é fazer com que o terminal abasteça os países da costa setentrional: Guianas Francesa e Inglesa, além do Suriname.

"Sempre houve uma concentração muito grande no Porto de Santos, que representa 30% do escoamento da produção do Brasil e é o maior porto da América Latina. Então, além de melhorar a governança e trazer novos empreendimentos, a gente está trabalhando para pensar o Brasil de maneira mais descentralizada", diz ele.

Segundo o ministro, as atividades no setor portuário cresceram bem mais do que o PIB no ano passado: 6%, ante 2,9% da economia brasileira como um todo. A operação em terminais ligados ao agronegócio, responsável pelo transporte de produtos como trigo, milho e soja, cresceu 22%.

Por isso, Costa Filho deseja leiloar o equivalente a R\$ 14,5 bilhões em áreas portuárias até o fim do mandato de Lula, o que inclui o arrendamento de um terminal de granéis líquidos no Porto de Santos no valor de R\$ 491 milhões ainda neste ano.

No próximo ano, o cardápio inclui a concessão dos canais de acesso aos portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC), uma operação que é inédita no País. A concessão do acesso ao porto paranaense foi liberada pela Antaq no ano passado, e a do terminal catarinense deverá entrar em audiência pública nos próximos meses.

Negociações Investidores de fora do País e de fundos de bancos locais manifestaram interesse nas operações

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo não deve apresentar "grande projeto" de reforma da renda - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Vence amanhã o prazo constitucional de 90 dias após a promulgação da **reforma tributária** para que o governo envie ao Congresso propostas de mudanças na cobrança de **impostos** sobre a renda - que incluiu a polêmica taxação sobre dividendos - e a folha de pagamentos. Em evento realizado em São Paulo na última sexta-feira (15/3),

Bernard Appy (foto), secretário do Ministério da Fazenda, tratou de baixar as expectativas sobre a apresentação de sugestões para a segunda etapa da reforma. "Pode ser que tenha um projeto a ser enviado na terça, mas não deve ter um grande projeto", afirmou. E o prazo, como fica? Na verdade, a ideia do governo é apresentar vários projetos de lei ao longo do ano, fatiando as propostas em diversos desdobramentos. Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a prioridade é regulamentar a primeira etapa da **reforma tributária**, devendo a segunda fase ficar para depois.

Lula quer Mantega na Braskem

O governo não desiste de ampliar seu nível de influência nas grandes empresas brasileiras. De acordo com o jornal Folha de S.Paulo, a nova ideia na mesa é indicar o ex-ministro Guido Mantega para o conselho administrativo da petroquímica Braskem. Recentemente, Lula tentou emplacar o amigo na presidência da Vale, mas a investida não prosperou. Não custa lembrar: Mantega foi ministro do Planejamento, ministro da Fazenda e presidente do BNDES nos dois mandatos anteriores do petista.

"O governo está tentando aumentar a arrecadação, mas nega receber os dividendos que poderiam ser usados para ajudar a fechar as contas do país. É uma decisão irracional"

Roberto Castello Branco, Ex-presidente da Petrobras, sobre o corte de dividendos extras anunciado pela petrolífera

INVESTIMENTOS EM STARTUPS DO AGRO DIMINUEM

Nos últimos anos, o ecossistema de startups do agro recebeu um fluxo constante de investimentos. Tendências importantes despontaram, como as proteínas à base de vegetais, a agricultura de precisão e a automação. Agora, contudo, a empolgação está diminuindo. Um estudo da plataforma AgFunder aponta que os aportes caíram 50% em 2023 em relação ao ano anterior-foi o pior resultado em seis anos. A queda é maior do que a redução média de 35% registrada em outros mercados de ventur e capital.

COM SELIC EM QUEDA, MERCADO DE CAPITAL AVANÇA

A queda da Selic, a taxa básica de juros da economia, provoca grandes impactos na indústria financeira. No primeiro bimestre de 2024, o volume captado por empresas no mercado de capitais somou R\$ 64 bilhões. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima), o número traduz uma alta de 50% ante igual período de 2023. Ainda assim, as aberturas de capital (IPOs, na sigla em inglês) seguem empacadas, devendo ser retomadas apenas no segundo semestre.

RAPIDINHAS

Os fãs de ovos de Páscoa encontrarão maior fartura em 2024. As empresas associadas da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab), fabricarão 58 milhões de unidades neste ano, o que representará um avanço de 17% versus 2002. A indústria do setor contratou 8 mil pessoas para o período.

O Brasil receberá pela primeira vez um dos principais eventos do mundo voltados para o setor de frutas. Trata-se da Fruit Attraction, prevista para ser realizada de 16 a 18 de abril, em São Paulo, e que deverá reunir ao menos 200 expositores. Os organizadores aguardam a presença de 9 mil visitantes e projetam gerar R\$ 1 bilhão em negócios.

A Embalixo, maior fabricante de sacos de lixo do Brasil, fechou parceria com o Instituto Argonauta, organização que trabalha pela preservação da vida

marinha, para a retirada de 150 toneladas de resíduos plásticos do oceano. A meta da empresa é reciclar todo o material, transformando-o em sacos de lixo.

A julgar pelo desempenho do mercado imobiliário na China, os papéis da Vale na Bolsa continuarão sofrendo. Em fevereiro, o preço das casas usadas nas grandes cidades do país desabou 6% - foi a maior queda mensal em 13 anos. A crise imobiliária afeta a compra de insumos como minério de ferro, o que explica o efeito negativo na Vale.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Copom deve cortar Selic a 10,75% nesta semana

Victor Rezende e Augusto Decker De São Paulo

O mercado aguarda com ansiedade a decisão desta semana do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Diferentemente de janeiro, quando não houve surpresas, a decisão da próxima quarta-feira tende a ser acompanhada de perto pelos agentes. No momento em que o colegiado ainda defende a necessidade de uma postura contracionista para combater as pressões inflacionárias, o debate sobre o nível de restrição adequado ganha força no mercado, o que eleva a ansiedade pela comunicação do Copom.

O Valor ouviu 135 instituições financeiras e consultorias e é unânime a expectativa de uma redução de 0,5 ponto percentual na Selic nesta semana, que passaria de 11,25% para 10,75% ao ano. Já em relação a prazos mais longos, a mediana das estimativas indica o juro básico em 9% no fim deste ano e em 8,5% em dezembro de 2025.

Apesar das expectativas centrais paradas, o contexto no qual se insere a reunião do Copom desta semana aponta para um ambiente macroeconômico mais complexo. Desde a reunião de janeiro, houve surpresas altistas relevantes na atividade econômica; a **inflação** corrente foi bem mais alta que o esperado pelo mercado - e pelo próprio Banco Central - nos últimos meses e com pressão no lado dos serviços; e o mercado voltou a adiar a expectativa para o início dos cortes de juros nos Estados Unidos.

No acompanhamento feito pelo Valor com as projeções das casas para a Selic no fim do ciclo, 16 instituições elevaram suas estimativas para cima desde janeiro. Houve alguns casos com revisões mais tímidas, como Itaú Unibanco e Quantitas, que elevaram as previsões em apenas 0,25 ponto percentual. Algumas casas, porém, fizeram ajustes mais intensos, como Genoa Capital (de 8,5% para 9,25%) e Opportunity (de 8,25% para 9%).

Por outro lado, 20 casas reduziram suas projeções para a taxa de juros no fim do ano - em geral, instituições que projetavam em seus cenários uma política monetária mais restritiva no fim do ciclo e que agora se aproximam do consenso de mercado. Foram os casos da Ativa Investimentos (de 10,5% para 9,5%); do Morgan Stanley (de 10% para 9%); e da

MCM Consultores (de 10% para 9,5%).

"Há uma sequência de dados que vai na direção de uma atividade mais forte, com um mercado de trabalho que está mais aquecido, com desemprego baixo e salários aumentando. Os dados recentes colocam um viés altista na nossa projeção de crescimento deste ano, que é de 1,7%", diz o economista-chefe da Santander Asset Management, Eduardo Jarra. "No entanto, não vimos um evento conjuntural que force o Copom a mudar a comunicação." A gestora de fundos do Santander reduziu sua estimativa para a Selic no fim deste ano de 9,5% para 8,5% na virada do mês. "Nós estávamos esperando ter um grau de confiança maior no processo de desinflação", diz Jarra, ao projetar o IPCA em 3,6% no fim deste ano. "Existe um ganho de o BC ir devagar, passo a passo, em um ritmo prudente. Dá para esticar um pouco mais", afirma o economista.

Com a leitura de que a **inflação** deve ceder; de que as medidas de núcleo continuarão em um processo gradual de desinflação; e de que não houve mudanças relevantes nem no cenário externo e nem nas informações a respeito da condução da política fiscal pela ótica do Banco Central, Jarra acredita que o grande interesse da reunião desta semana estará concentrado no "forward guidance" (prescrição futura) que o colegiado tem usado para guiar os agentes econômicos em relação aos próximos passos nos juros.

Desde o início do ciclo, em agosto de 2023, o Copom indica, no **comunicado**, que seus membros "anteveem redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e ava liam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário". Caso esse apontamento seja mantido agora, o mercado entenderia que a Selic deve cair para, pelo menos, 9,75%. No entanto, se o "guidance" for tirado ou amenizado, o colegiado passaria uma mensagem mais "hawkish" (conservadora).

"Esse assunto apareceu bastante no período entre as reuniões e, pelas discussões que vimos dos dirigentes do BC, esse assunto será debatido. É certo que haverá uma discussão na reunião, mas minha convicção é baixa sobre o que acontecerá, se irão

manter o plural ou adotar o singular. Nenhum desses cenários irá me surpreender", afirma Jarra.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187817>

Copom deve cortar juros para 10,75%

Victor Rezende e Augusto Decker De São Paulo

A expectativa para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central desta semana é unânime por uma nova redução de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros. Mais do que a decisão em si, o que será muito aguardada pelo mercado é a sinalização que o Copom dará no **comunicado** em relação aos próximos passos do BC.

O Valor ouviu 135 instituições financeiras e consultorias, e todas esperam que a taxa Selic seja reduzida de 11,25% para 10,75% anuais na quarta-feira. Já em relação a prazos mais longos, a mediana das estimativas indica o juro básico em 9% no fim deste ano e em 8,5% em dezembro de 2025. O contexto desta reunião traz um ambiente macroeconômico mais complexo. Desde o encontro de janeiro, a atividade econômica se mostrou mais aquecida, a **inflação** corrente ficou mais alta que o esperado e a expectativa do mercado para o início dos cortes de juros nos EUA voltou a ser adiada. "Existe um ganho de o BC ir indo devagar, passo a passo, em ritmo prudente", diz o economista-chefe da Santander Asset Management, Eduardo Jarra. Páginas C1 e C2

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1>

BNDES projeta recorde e prevê crescer 30% neste ano em infraestrutura

Paula Martini Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) espera atingir, em 2024, novo recorde de financiamento para infraestrutura. Os primeiros meses do ano apontam alta nas aprovações do setor, tendência que deve se manter no ano.

"Vamos trabalhar para que o crescimento seja entre 20% e 30%. E podemos aumentar as aprovações em caso de crise no meio do caminho", disse ao Valor a diretora de infraestrutura, transição energética e mudanças climáticas do BNDES, Luciana Costa.

Na visão de especialistas, o crescimento do banco no segmento de infraestrutura é positivo desde que sejam priorizados projetos com mais dificuldade de financiamento privado. O receio é que se repitam erros do passado, quando o banco foi turbinado pelo Tesouro Nacional e deslocou o crédito privado.

Em 2023, a diretoria de transição energética e mudança climática, comandada por Costa, aprovou e desembolsou os maiores valores para projetos de transportes, logística, mobilidade e saneamento dos últimos cinco anos. As aprovações do setor cresceram 23% em 2023, frente a 2022, atingindo R\$ 78,5 bilhões no ano. Já os desembolsos ficaram em R\$ 48 bilhões, alta de 14% sobre o ano anterior.

A gestão de Aloizio Mercadante assumiu o banco com a meta de elevar os desembolsos a 2% do PIB até 2026, fim do governo Lula. Especialistas reiteram que as operações não devem ser analisadas pelo volume de empréstimos, mas pela capacidade de se cobrir falhas em segmentos com dificuldades para acessar o mercado de capitais.

Costa atribui o resultado das operações em 2023 à estabilização do cenário macroeconômico, com a aprovação do novo arcabouço fiscal e a redução das taxas de juros, além do amadurecimento dos marcos regulatórios no país. "O Brasil aprendeu com os erros de algumas concessões que foram feitas no passado. Tudo isso melhora a visão do investidor de longo prazo", afirma.

As cifras superaram as expectativas porque, segundo a diretora, grandes projetos foram aprovados no fim do ano, principalmente ligados à transição energética. "Só

em transição, a gente esperava aprovar R\$ 12 bilhões, mas fechamos com R\$ 20 bilhões", explica.

Quando se olha para o BNDES como um todo, houve um crescimento de 44% nas aprovações em 2023, que totalizaram R\$ 218,5 bilhões. Os desembolsos, por sua vez, atingiram R\$ 114,3 bilhões, alta de 17% sobre 2022.

Fontes que acompanham o banco destacam que o ritmo da atividade de crédito foi dinamizado com a nova agenda do governo, mas reconhecem que projetos financiados pelo BNDES têm características de longo prazo e são "herdados" de uma gestão de governo para outra.

Desde 2018, o BNDES opera com a Taxa de Longo Prazo (TLP), que hoje tem custo de mercado. A TLP substituiu a antiga Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que embutia subsídios. Hoje cerca de 82% das operações do banco são feitas a taxas de mercado. Segundo Costa, menos de 2% do funding subsidiado é destinado para projetos em infraestrutura, a maioria vai para o agronegócio via Plano Safra.

Para Sérgio Lazzarini, professor da Ivey Business School, da Western University, e do Insper, o BNDES precisa priorizar projetos com mais dificuldade de financiamento privado e com altos potenciais de ganho. "Seria interessante que o BNDES examinasse não apenas o quanto os seus desembolsos vão para projetos de infraestrutura, mas também se esses projetos poderiam ser financiados de outra forma, com debêntures emitidas pelo próprio setor privado, por exemplo", pondera.

Em 2023, o BNDES entrou com força no mercado de debêntures. Foram emitidos R\$ 16,5 bilhões, o que representou 25% do mercado de capitais no ano passado. O movimento causou reação entre atores do setor privado, que apontam para um aumento da competição com fundos de investimentos e pessoas físicas.

"As debêntures seriam uma forma de o próprio BNDES se financiar. Mas a pergunta é: financiar-se para quê? Se for para emitir debêntures e depois financiar grandes empresas que podem, elas próprias, captar recursos via debêntures ou qualquer outro instrumento, então a estratégia será menos

justificável", diz Lazzarini.

Mas não há indicativos de recuo. Pelo contrário: as emissões devem superar os valores de 2024, com participação em projetos de empresas que atuam em setores como o de rodovias e saneamento.

Outra atividade que o banco tem olhado com atenção é o hidrogênio verde. O BNDES ainda não conta com nenhum projeto na carteira, mas afirma que dois estão em vias de entrar para consultas. "Esses investimentos são de médio prazo, talvez para 2026 ou 2027", ressalta a diretora.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1)**

O jogo desta semana é a mudança de sinalização do Banco Central e do Fed

Análise Roberta Costa São Paulo

Decisões do Copom e do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) normalmente são faróis para os investidores, mas há encontros dos colegiados dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos que trazem mais ansiedade do que o habitual. Os desta semana se enquadram aí.

Ambos podem trazer mudanças na comunicação, o que, no jargão do mercado, denomina-se "guidance". Em outras palavras, o que esperar do futuro próximo. Mudanças em taxas de juros impactam retorno dos investimentos, alocação de recursos, e, na ponta final, o cidadão, o consumidor, a vida real.

No caso do Copom, os cortes da Selic feitos desde o início do ciclo de flexibilização em agosto, até janeiro, de 2,5 pontos percentuais no total, já representam mais do que metade do caminho que é projetado por analistas. Na pesquisa feita pelo Valor, a mediana de 135 casas é por uma taxa de 9% ao fim deste ano, portanto, restariam 2,25 pontos de redução até lá. Neste meio do caminho a cumprir se aventa a possibilidade de o Copom optar por mais graus de liberdade para agir, embora isso não seja um consenso, ao deixar de cravar, em seu **comunicado**, cortes de 0,5 p.p. nas próximas reuniões. Porque?

Há alguns fatores que justificariam não estar "amarrado" a uma dose de flexibilização. Tudo leva a crer que neste momento do ciclo, a "desinflação" está mais lenta. A alta dos preços de bens e serviços do IPCA ainda preocupa; a média móvel dos cinco núcleos ajustados sazonalmente subiu nos primeiros meses deste ano e a medida de serviços subjacentes (muito cara ao BC) tem movimento ascendente nas quatro últimas leituras do índice. Ademais, as projeções para a **inflação** cheia permanecem acima da meta neste e no próximo ano. Na pesquisa Valor, 65% apostam na manutenção do guidance, mas o restante, um percentual razoável, enxerga possibilidade de mudança. Eis o foco de atenção nesta reunião do Copom.

Quanto ao Fed, o combo de economia forte (embora com sinais mais claros de perda de ritmo, inclusive em aberturas do relatório do mercado de trabalho e outros indicadores de atividade) e surpresas negativas na **inflação** (do CPI principalmente) alerta para o risco de

o BC americano agir demasiado cedo ao flexibilizar os juros. Mas o contraponto é o risco de agir tarde e derrubar a economia mais do que o desejado à frente. Como veremos se algo mudou na cabeça do Fome?

A atualização de suas projeções na reunião desta semana é boa dica. O mercado precifica o primeiro corte de juros em junho, o que coaduna com o que Jerome Powell, presidente do Fed, disse recentemente, a saber, que as autoridades "não estão longe" de ter a confiança necessária para "reduzir" a restritividade da política monetária.

Em janeiro, o Fed sinalizou, no famoso "gráfico de pontos", que três cortes 0,25 p.p. seriam o caminho mais provável para 2024 (e mais 1 p.p. ano que vem), mas precisaria de mais provas que justificassem o movimento. Para haver mudança na mediana deste gráfico, será necessário que apenas dois dos seis membros do Fome mudassem de opinião para cima ou para baixo - partir da projeção atual de 4,625% - para a taxa se mover do ponto mediano de três cortes e sinalizar dois ou quatro cortes em 2024. Parece pouca mudança, mas não é. A ver.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187817>

Mercado aguarda indicação do Copom sobre próximos passos

Augusto Decker e Victor Rezende De São Paulo

É com ansiedade que os participantes do mercado aguardam o **comunicado** da decisão desta semana do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, no momento em que há dúvidas sobre como o colegiado se comunicará em relação aos próximos passos na condução dos juros.

Se o sinal que tem sido dado desde agosto - de mais dois cortes de 0,5 ponto na Selic-for mantido, o Copom indicará que a Selic deve chegar a pelo menos 9,75% no ciclo. Uma alteração nessa indicação, porém, pode ser lida como um grau a mais de cautela pelo colegiado, o que pode reforçar uma leitura mais "hawkish" (conservadora) pelos participantes do mercado.

A possibilidade de alteração do "forward guidance" (prescrição futura) se fortaleceu na última semana. Com surpresas muito relevantes no desempenho do comércio varejista, do setor de serviços e do mercado de trabalho em janeiro, o ajuste altista no mercado de juros foi relevante e a curva encerrou a semana precificando uma Selic entre 9,5% e 9,75% neste ano.

O Valor consultou instituições financeiras sobre as expectativas para o "guidance" e, das 100 respostas obtidas, 65 esperam a continuidade da orientação semelhante às outras reuniões, enquanto 35 acreditam que haverá alguma alteração na orientação futura do Copom para a taxa de juros.

"É hora de modificar o "forward guidance", defende o economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto. "Do jeito que ele está hoje, se for mantido, vai criar uma inconsistência, diante de um conjunto de informações que, na margem, piorou", afirma Porto, ao lembrar que o BC foi surpreendido em 0,47 ponto com os dados de **inflação** de janeiro e fevereiro, o que pode resultar em uma alta nas projeções do Copom; e ao apontar que houve uma piora no balanço de riscos.

Porto nota que o Copom coloca a **inflação** de serviços mais resiliente como um dos componentes do balanço de riscos e avalia que o erro na projeção do BC para o IPCA dos dois primeiros meses do ano "provavelmente foi ligado à **inflação** de serviços". A média móvel de três meses da **inflação** de serviços subjacentes passou de 5,37% para 5,96% no IPCA de fevereiro,

em base anualizada e dessazonalizada, um número bastante pressionado.

"Por isso esperamos que ele modifique. O que eu acho mais razoável é que o BC tenha que enfraquecer o compromisso de que irá cortar os juros em 0,5 ponto nas próximas duas reuniões. O ritmo de cortes pode ser avaliado com dados que serão divulgados a posteriori. É possível se comprometer com cortes adicionais, mas não com o ritmo de 0,5 ponto. O BC precisa aumentar os graus de liberdade para as próximas reuniões", diz Porto.

Já o superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, Fernando Gonçalves, espera que o Copom mantenha o "guidance" inalterado, com mais duas reduções de 0,5 ponto nos juros. A visão do banco, porém, é de que o colegiado irá começar a sinalizar que a sinalização será alterada no futuro. "As autoridades podem acrescentar um "neste momento" à frase." A manutenção do plural, mesmo que com alguma qualificação, se justifica pelo fato de ainda haver alguma distância até o fim do ciclo de cortes, diz Gonçalves. "Se nesta próxima reunião ele cortar em 0,5 ponto e mantiver a prescrição futura como está, com mais dois cortes a Selic iria para 9,75%. Ainda acho que é uma distância razoável para a taxa de fim de ciclo. Daria para tirar esse "guidance" mais à frente", defende o profissional.

Gonçalves destaca, ainda, que o **comunicado** atual já inclui condicionalidades na prescrição futura. "Eles podem ressaltar esse ponto de alguma maneira no próximo **comunicado**; que se o cenário mudar numa direção muito importante do que imaginam, isso pode acabar com o "forward guidance" de uma hora para a outra", aponta.

Ao avaliar as declarações de dirigentes do BC desde janeiro, o economista-chefe da Truxt Investimentos, Arthur Carvalho, acredita que há um desejo no Copom de manter o "guidance" com o plural em "próximas reuniões". "Eles têm elogiado a efetividade na comunicação e têm dito que isso reduz a volatilidade nos preços de ativos, então veem essa comunicação com consequências bem positivas." Para Carvalho, porém, a atitude mais acertada seria a retirada do plural. "Já passamos da metade do ciclo. Para que prometer tanto tempo à frente com um cenário tão incerto? Acredito que, nesta fase, não é necessário se

comprometer mais", opina. "A retirada do plural não mudaria o meu cenário base, mas daria ao BC mais flexibilidade para fazer o que é necessário." O economista acredita que o BC deve manter o ritmo de cortes de 0,50 ponto ao menos nas próximas três reuniões. "O cenário está bem benigno, mais do que nós esperávamos", diz. Ele projeta uma **inflação** de 3,2% neste ano, próxima do centro da meta. Entretanto, a expectativa para 2025 está em 3,6% devido à **inflação** de serviços, já que "o mercado de trabalho está muito apertado, a economia já desacelera e o crédito mostra vigor".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187817>

Brasil registra recorde no consumo de energia

O Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou, em 15 de março, às 14h37, uma marca histórica na demanda instantânea de carga, conforme relatado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Com um pico de 102.478 MW, este novo recorde foi impulsionado, em grande parte, pelas condições climáticas adversas que persistiram até os últimos dias do verão, mantendo as temperaturas em níveis elevados por todo o território nacional.

É importante ressaltar que 92,5% dessa demanda foi suprida por fontes de energia sustentável, evidenciando um compromisso cada vez maior com a utilização de recursos renováveis para atender às necessidades energéticas do país. Além disso, o registro de um recorde anterior, datado de 7 de fevereiro de 2024, com 101.860 MW, foi superado, consolidando a tendência de crescimento na demanda por eletricidade.

Essa tendência ascendente na demanda de carga instantânea tem sido uma constante desde novembro de 2023, período em que o SIN vem enfrentando uma série de desafios ocasionados pelas persistentes ondas de calor. Tal cenário, por sua vez, também se refletiu nos registros de carga média, onde o último recorde foi estabelecido em 17 de novembro de 2023, com 90.596 MWmed.

É notório o impacto das condições climáticas sobre o comportamento da carga elétrica, reforçando a necessidade de uma gestão eficiente e sustentável dos recursos energéticos do país. Com a consecução desses recordes, evidencia-se a importância de investimentos contínuos em infraestrutura e fontes de energia renovável para garantir um fornecimento seguro e estável de eletricidade, mesmo diante dos desafios **impostos** pelo clima.

Nesse contexto de aumento na demanda energética, especialistas alertam para a necessidade de diversificação da matriz energética nacional, buscando alternativas que reduzam a dependência de fontes não renováveis, como o petróleo e o carvão. Além disso, ressaltam a importância de investimentos em tecnologias de armazenamento de energia, como baterias de íon-lítio e sistemas de bombeamento de água, para lidar com a intermitência das fontes renováveis, como a solar e a eólica. Essas medidas são essenciais para garantir a segurança energética

do país e promover uma transição rumo a um futuro mais sustentável e resiliente.

Consumidor prejudicado

No meio dos problemas envolvendo energia elétrica, o maior prejudicado é sempre o consumidor. Ainda assim, segundo levantamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2023, o brasileiro ficou, em média, menos tempo sem energia. No total, foram 10,4 horas sem eletricidade no ano passado, com cinco cortes de fornecimento no ano. Em 2022, o brasileiro ficou 11,2 horas sem energia, com 5,47 cortes de fornecimento, em média, para cada um. Por isso, segundo a agência, houve melhora na qualidade de prestação do serviço entre 2022 e 2023, com redução no tempo médio e na frequência das quedas de energia.

Mesmo com a redução, no entanto, as distribuidoras com níveis altos de interrupção de energia pagaram mais compensações à Aneel. Em 2023, as concessionárias pagaram R\$ 1,08 bilhão à agência reguladora, contra R\$ 765 milhões em 2022. Esses tipos de valores são pagos por meio de descontos na conta da luz. Segundo a Aneel, o aumento é consequência do aperfeiçoamento das regras de compensação para destinar mais valores a consumidores com "piores níveis de continuidade".

A Aneel também divulgou o ranking de avaliação de grandes distribuidoras de energia. As companhias são avaliadas com base no tempo médio em que cada unidade consumidora ficou sem energia e no número médio de interrupções ocorridas. Cada empresa tem uma meta estabelecida pela agência reguladora, que avalia se os critérios foram cumpridos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-03-2024-edicao-247627/>

Cresce lacuna entre ricos e pobres (Editorial)

À medida que nos distanciamos da pandemia da covid-19 vamos percebendo os inúmeros impactos, para além das milhares de mortes, do que foi um dos períodos mais complexos da humanidade na era moderna. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou que a distância entre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países mais ricos e dos mais pobres cresceu em 2022, mantendo tendência que vem de 2020, com o início da pandemia de covid-19. O IDH que compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças, varia de 0 a 1. A diferença vinha se reduzindo desde 1990, porém, o atual relatório revela que a tendência de duas décadas de redução constante foi revertida. Segundo o documento, em 2023, os 38 países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne a maioria das nações mais ricas do mundo, alcançaram pontuações mais altas no IDH em comparação com os níveis obtidos em 2019. Por outro lado, os 35 países menos desenvolvidos, que experimentaram queda no IDH entre 2020 e 2021, mais da metade (18 países) ainda não retornou aos níveis de 2019, o que indica potenciais retrocessos permanentes no futuro progresso do desenvolvimento humano. Pesquisa feita pela Oxfam mostra que, enquanto os cinco homens mais ricos do mundo dobraram sua fortuna entre 2020 e 2023, 5 bilhões de pessoas ficaram mais pobres, criando um abismo social cada vez mais crescente. Outro fato que também contribui para o aumento das desigualdades é a concentração dos mercados na mão de poucas corporações internacionais, que detêm o poder de afetar diretamente várias economias. De acordo com o documento do Pnud, as empresas transnacionais podem impulsionar o investimento, a inovação e as oportunidades econômicas, mas também expulsar empresas nacionais, especialmente em países de baixa e média renda. Quase 40% do comércio global de mercadorias se concentra em três ou menos países e a capitalização de mercado de cada uma das três maiores empresas de tecnologia do mundo superou o Produto Interno Bruto (**PIB**) de mais de 90% dos países em 2021. Para piorar a situação, a concentração do mercado é particularmente elevada nas cadeias globais de valor para bens de necessidades básicas, como alimentos, e no espaço da tecnologia digital. Nunca antes o mundo produziu tanta riqueza, mas a pobreza, a fome e as desigualdades aumentam porque as instituições de Estado estão muito fragilizadas em todas as esferas.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Volume volta a crescer no varejo e 2024 sinaliza nova recuperação

Adriana Mattos e Natália Flach De São Paulo

O mercado de consumo brasileiro começa a enxergar espaço para um aumento mais consistente no volume vendido nas lojas em 2024, após anos de encolhimento da lista de compras da população, que afetou duramente a venda de certos produtos.

O desempenho em parte de 2023 já abriu terreno para esse movimento de retomada, que pode se consolidar neste ano, com a ressalva de que depende, diretamente, da estabilidade econômica, com geração de emprego e **inflação** controlada, dizem consultores e empresas.

A sinalização tem sido destacada por fabricantes e redes de supermercados, atacarejos e farmácias nas últimas semanas, ainda que de forma cautelosa. Há indicadores positivos que podem, inclusive, melhorar resultados e margens dos grupos, caso se consolidem como tendência.

Levantamento da empresa de pesquisas NielsenIQ (NIQ), exclusivo para o Valor, mostra aumento de 2,6% no volume vendido em 2023, recuperando a perda dos dois anos anteriores, e com avanço de 10,9% na venda em valor, versus o ano anterior. Há projeção de nova alta para volume em 2024.

A análise considera a cesta de não duráveis, que inclui alimentos, bebidas, itens de higiene, limpeza, beleza, entre outros. Ao se isolar apenas os produtos alimentícios em 2023, o volume sobe 1,7% e o valor, 8,2%. Em bebidas, a quantidade vendida avança mais, 3%, e em higiene e beleza, a alta vai a 5,4%, a maior do relatório.

Itens de bazar (como panelas, pilhas, lâmpadas, papelaria) têm o pior desempenho, com estabilidade em 2023 sobre 2022.

Foi o primeiro crescimento na quantidade total vendida após 2021 e 2022 com recuos (veja tabela ao lado), e isso ocorreu com a receita ainda mantendo dois dígitos de aumento, apesar da perda de velocidade no faturamento frente a outros anos.

Há um efeito do acerto no "mix" de produtos vendidos por lojistas e indústria, incluindo lançamentos, diz a NIQ, além da alta de preços em categorias relevantes

na composição da receita total - mesmo com a deflação alimentar de 0,5% em 2023.

Grandes marcas têm mencionado esses ajustes no portfólio. Em outubro, em uma conversa com analistas, o CEO global da Unilever, Hein Schumacher, falou do lançamento de uma maionese premium no Brasil e dos desodorantes que prometem proteção por 72 horas. E citou uma "premiunização" de produtos, com "bom impulso de volume" para os países das Américas.

A alta de 2,6% no volume total em 2023 também reflete, em certa medida, a base de comparação fraca do ano anterior, já que em 2022 houve retração de 1,6%. Mas o cenário positivo se estendeu para o começo de 2024, segundo declarações de executivos e dados divulgados na semana passada, o que indica não ser só impacto da base fraca.

Na quinta-feira (14), a pesquisa do comércio publicada pelo IBGE mostra alta de 1,1% no volume vendido de supermercados e hipermercados em janeiro frente a dezembro, considerando números com ajuste sazonal do Natal. E a receita se expandiu 2,1%.

"As empresas podem crescer em 2024 sem depender tanto de preço, mas de ganho de volume, isso considerando um cenário de estabilidade econômica, com maior renda e emprego", diz Gabriel Fagundes, executivo de análise para a indústria da NIQ.

Segundo ele, é possível identificar ambiente para um avanço de volume "mais consistente", com melhora de "mix" de produtos e maior "trade up", que ocorre quando cliente busca marcas de maior qualidade ou valor.

Na visão de Claudio Felisoni, coordenador do Programa de Administração de Varejo (Provar), e professor titular da FEA/USP, é preciso considerar sinais que já apareceram de risco de instabilidade econômica - reflexo do ambiente político ainda tenso e de novas pressões de preço após janeiro - e que podem interromper esse processo de normalização no volume.

"O IPCA de fevereiro de 0,8% foi notícia péssima nesse sentido, e o acumulado até fevereiro está acima das projeções do Banco Central", diz. "Vamos ter que ficar de olho se, com ambiente mais inflacionário, a

redução da Selic não desacelera, porque aí, muita **inflação** impacta na confiança do consumidor e afeta esse processo de recomposição de volume".

Uma aceleração nos preços de alimentos já preocupa o governo, que, nesta semana, estuda formas de evitar novas altas.

Fagundes, da NIQ, lembra que, nos anos anteriores, havia um "gap" maior entre a variação de volume e preço, em parte, por causa do forte reajuste nas tabelas das lojas após a pandemia.

Em 2020, com desequilíbrio entre oferta e demanda em plena crise sanitária, a **inflação** alimentar superou 18%. Em 2022, a taxa foi de 13,2%, as famílias cortaram a lista de compras e o volume encolheu 1,6%. Ou seja, uma diferença de quase 12 pontos percentuais. Apenas em alimentos o volume caiu mais, 2,5% em 2022. Esse "gap" diminuiu em 2023, como efeito de recuperação inicial de volume e menos reajustes de preço.

Números de rendimento e emprego mostram que, em 2023, aumentou em 1,6 milhão o total de pessoas ocupadas no país (o percentual de ocupados é o mais alto desde 2015), e a renda real, descontada **inflação**, subiu 3,1%

Em 2023, segundo o IPCA, houve deflação de alimentação nos domicílios de 0,5%, e para este ano, a projeção é de uma alta de 4% a 5%.

No ano passado, 35 das 50 categorias de produtos pesquisadas tiveram ganho de volume e de valor. Até setembro, isso ocorria com menos produtos (29 categorias) e agora esse avanço está se espalhando, com destaque para itens como suco pronto, desodorante, creme para pele, energéticos. No lado oposto, perdendo volume e venda, estão leite, salsicha e café.

A pesquisa da NIQ é uma das mais tradicionais do setor, composta por dados enviados por varejistas. Inclui também auditoria nas lojas - cerca de 1 milhão de pontos de venda compõem o estudo.

Esses dados vão ao encontro do que as empresas têm percebido nos últimos meses.

O CEO do Carrefour Brasil, Stéphane Maquaire, disse a analistas, em fevereiro, que a empresa vem acompanhando a volta da **inflação** alimentar nos últimos dois a três meses, mas com "volumes mais dinâmicos" na venda do atacarejo às empresas (restaurantes, padarias, hotéis etc). O grupo é dono do Atacadão.

A companhia sentiu efeitos da deflação até setembro, mas tem observado tendências de melhora tanto em volume quanto em **inflação**, que aumentam receita, após a metade de novembro. Questionado por analistas, Maquaire disse que, apesar do foco do Atacadão em volume, a empresa não vai "cair em ofertas demais" para isso.

O comando do GPA disse em fevereiro que teve uma alta de 4,2% nas vendas de lojas que operam há mais de um ano, no quarto trimestre, suportado pelo maior volume. Foi algo percebido na rede de Pão de Açúcar, e no caso da Extra Mercado, isso ocorreu em percíveis.

Na visão da direção do Assai, o começo de 2024 teve uma ajuda de ganho de volume, mas também de alguma **inflação**, mas o primeiro teve peso maior no desempenho.

"A gente tem visto o início do ano bem mais positivo, e acho que até um pouco mais positivo do que o quarto trimestre de 2023]", disse a analistas o presidente da rede, Belmiro Gomes. "E o ganho tem vindo muito mais de volume do que por **inflação**". É o oposto do cenário de parte de 2020 e 2021.

"O consumidor está com um pouco mais de recursos, passada a fase de reduções de cesta, troca de marcas, um "trading down" gigantesco", diz ele. Neste ano, o Assai viu volatilidade forte em preços de alimentos "commodities" (arroz, óleo), com o sobe e desce de preços, e diz que a **inflação** deve ajudar na receita do começo do ano.

Na ponta da cadeia, entre as indústrias, a M. Dias Branco (dona de marcas como Adria, Pira-que e Jasmine) teve recorde de receita em 2023, de R\$ 10,8 bilhões, fruto da expansão de 4% nos volumes e de 2,9% no preço médio.

Além de um possível ganho no volume comercializado, a possibilidade de alguma **inflação** alimentar em 2024 deve ajudar nos resultados operacionais das redes.

Pode não fazer sentido à primeira vista, mas nos itens de supermercados e farmácias, um certo aumento de preços pode ser positivo, porque o seu consumo é obrigatório. E isso melhora a receita nominal.

Mas essa conta não funciona de forma tão simples. O consultor Manoel Araujo, diretor da consultoria Martinez de Araujo lembra que anos de muita **inflação**, seguidos de deflação, ou de altas e quedas em volume, são ruins para o negócio. "Parece uma maravilha pensar que a empresa não ganha em volume num ano, mas a **inflação** faz a receita nominal subir", diz. "Acontece que é uma euforia falsa, uma

ilusão. E isso mexe com a operação, porque se vende muito dia 5 e 20, e depois a loja fica às moscas."

"Esses picos e vales com **inflação** e deflação não são bons, é preciso um aumento consistente de volume, porque isso gera previsibilidade. E só chegaremos nisso com estabilidade econômica", afirma.

"Apesar do ganho, é preciso cautela por contados riscos do cenário "macro", Claudio Felisoni

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1)**

Sinalização sobre ritmo de corte de juros gera expectativa no Copom

Em um cenário no qual uma nova redução de 0,5 ponto percentual da taxa básica de juros (Selic), a 10,75% ao ano, é dada como praticamente certa na próxima quarta-feira (20), as atenções dos economistas se voltam para os passos futuros do Comitê de Política Monetária (Copom) e uma potencial mudança na comunicação sobre o ritmo de cortes à frente. A discussão ganha espaço na medida em que o colegiado do Banco Central (BC) avança no ciclo de flexibilização dos juros.

Desde agosto do ano passado, foram cinco cortes consecutivos na mesma intensidade. Em todas as ocasiões, o Copom indicou que repetiria a dose "nas próximas reuniões", o que significa que o ritmo de redução se manteria ao menos nos dois encontros seguintes. "Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões", diz **comunicado** da última reunião do Copom.

Uma possível flexão do plural para o singular em três das quase 800 palavras que compõem o texto vem gerando debate no mercado financeiro às vésperas do próximo encontro do Copom. Isso porque esse trecho carrega uma pista sobre o potencial tamanho do ciclo de queda de juros neste ano.

Se não houver alteração, o BC sinaliza que deve, ao menos até junho, manter o ritmo de cortes da Selic adotado até agora. Em se concretizando a orientação, a taxa básica retornaria ao patamar de um dígito em meados do ano, chegando a 9,75% ao ano. Os juros estão em dois dígitos desde fevereiro de 2022.

Por outro lado, uma eventual mudança na comunicação daria maior grau de liberdade à atuação do Copom em um ambiente marcado por incertezas no cenário global e dúvidas quanto à trajetória da **inflação** de serviços.

Ao mesmo tempo, a falta de previsibilidade com relação à Selic ao término do atual ciclo de queda de juros poderia gerar maior volatilidade nos preços dos ativos, o que abriria espaço para o colegiado do BC ser mais conservador.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-03-2024-edicao-247627/>

Uma agência para combater cibercrimes

Henrique Lessa

Crimes virtuais causam um prejuízo de US\$ 10,5 trilhões (R\$ 53 trilhões, aproximadamente) ao ano no mundo, o equivalente a quase cinco vezes o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2023. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu como prioridade o combate a esse tipo de delito e, ainda neste ano, espera ver funcionando a Agência Nacional de Cibersegurança. O comitê que deve definir o modelo da entidade que será responsável por cuidar da implementação da política nacional para a segurança digital terá sua primeira reunião na próxima quarta-feira.

"É a quarta maior preocupação global dos próximos dois anos. Há um relatório da Cybersecurity Ventures que fala que os custos globais com o cibercrime podem chegar a US\$ 10,5 trilhões por ano. Esse valor é maior do que todos os danos causados por desastres naturais, e uma modalidade de crime mais lucrativa que todo o comércio de drogas ilegais", destacou ao Correio o advogado especialista em cibersegurança e diretor da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) Rony Vainzof.

No lançamento do Plano Nacional de Cibersegurança (PNCiber), no fim de dezembro, o governo Lula apontou a urgência e relevância do tema, posto que o Brasil é o terceiro país com maior número de ataques cibernéticos no mundo.

A criação de um organismo de segurança digital vem sendo discutida dentro do governo federal, pelo menos, desde 2013, quando o vazamento divulgado pelo Wikileaks mostrou que os Estados Unidos grampearam telefones da então presidente Dilma Rousseff e de diretores da Petrobras. Mas, apesar da urgência, só neste mês é que vai acontecer a primeira reunião do CNCiber.

O colegiado, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, é composto por 25 membros titulares, com representantes de 13 ministérios, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Banco Central, de instituições científicas, de empresários do setor de cibersegurança e da sociedade civil.

Apesar de ainda não se ter a formatação final - se será mais uma agência reguladora, por exemplo -, especialistas apontam que essa é a modelagem mais provável. "Acho que o caminho é ter uma agência, sim,

e essa agência tem um papel de estruturar as diretrizes para elevar o nível de maturidade no Brasil, cuidar de infraestruturas críticas, isso é superrelevante", aponta Vainzof.

No Congresso, o tema não deve tramitar de forma tão pacífica. A oposição dá sinais de que tentará barrar a criação do órgão responsável pelo enfrentamento ao crime digital. Correligionários do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) dizem que só vão se posicionar depois do envio do projeto de lei, mas, reservadamente, demonstram desconfiança com a possibilidade de a agência se tornar um "cabide de empregos" para aliados do governo ou, pior, agir para regular a utilização das redes, principal ferramenta de comunicação da direita mais radical.

Luana Tavares, CEO do Instituto Nacional de Combate ao Crime Digital (INCC), disse ao Correio que, mesmo reconhecendo o receio de alguns parlamentares quanto à agência atuar na regulação de plataformas, esse não é o debate importante no momento. Para ela, não se pode perder de vista uma agenda que considera fundamental.

"A discussão no Congresso faz parte do jogo democrático, o debate político vai ter que acontecer. Mas o principal é a gente entender o objetivo dessa agência. O que precisamos saber é o custo para o país em não ter essa estrutura. Por isso, devemos olhar as experiências internacionais", recomenda a especialista.

Tavares aponta para a necessidade de endurecer a lei penal sobre crimes digitais. "A gente precisa de um arcabouço legal que especifique melhor esse tipo de crime. Os crimes digitais vêm sendo tratados por analogia no Código Penal. Existem várias formas de crimes cibernéticos que não estão previstos. Quando você fala no ambiente digital, os desdobramentos dos crimes, hoje, transcendem o alcance da lei penal", defende.

Outro desafio do governo na implementação da agência é a resistência da Polícia Federal, que questiona a viabilidade e o orçamento do órgão. Desde o início do governo Lula, integrantes da corporação deixam claro a disputa pelo espaço institucional ocupado pelo GSI.

A outra pedra no caminho da criação da agência, mesmo após a aprovação do projeto de lei no Congresso, é encontrar espaço no Orçamento da

União para custear o novo órgão regulador. Técnicos estimam que o governo gastará, pelo menos, R\$ 600 milhões por ano.

GSI à frente A coordenação das estratégias do governo está a cargo do GSI, comandado pelo general Marcos Antônio Amaro dos Santos. Além do tema ser uma preocupação constante das empresas - que têm a maior parte dos seus sistemas na nuvem -, a cibersegurança tem um papel fundamental na estratégia de defesa nacional.

"Indicadores internacionais demonstram que todos os países estão sofrendo com o mesmo problema. Essa iniciativa do governo, do GSI, é superimportante, visto que o Brasil tem tido um aumento grande nos crimes cibernéticos, e isso afeta o crescimento do país, a vida das pessoas", argumenta Luana Tavares.

Um ponto prioritário para o GSI é a possibilidade de o país sofrer ataques contra suas infraestruturas críticas, como plantas de energia ou linhas de transmissão. Fontes no órgão, reservadamente, ressaltam que eventos como o apagão de 2023, causado por uma sobrecarga que atingiu a todos os estados, exceto Roraima, poderia se repetir por um ataque cibernético se medidas de cibersegurança adequadas forem negligenciadas.

Um exemplo dessa ameaça se deu em 2021, quando criminosos sequestraram os sistemas do maior oleoduto dos Estados Unidos, da empresa Colonial. O ataque de hackers à companhia, responsável por 45% do abastecimento de diesel, gasolina e querosene de aviação da Costa Leste do país, fez a Casa Branca decretar estado de emergência.

-
Brasil precisa avançar mais nas tecnologias

Segundo o Global Cyber Index - uma pesquisa feita com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) -, entre 183 países analisados, o Brasil está na 18ª colocação em segurança digital. Mas, apesar da boa posição do país nesse índice, outros estudos indicam que ainda há muito a ser feito para qualificar o país, que é o que mais sofre ataques cibernéticos em toda a América Latina e figura como terceiro colocado no mundo.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que coordena o processo de implementação da Política Nacional de Cibersegurança, encomendou dois estudos: o primeiro, de análise da situação brasileira, e outro, de comparação com experiências internacionais.

Um desses estudos, solicitado ao BID, aponta que o país ainda está em uma posição intermediária em comparação com quem já está na terceira geração em termos de prevenção e adoção de medidas de cibersegurança contra ataques a negócios, infraestruturas críticas do serviço público e de instituições, e na defesa da democracia.

Apesar de avanços no marco legal com Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o país é, entre as grandes economias, um dos menos preparados para esse tipo de ataque. Com dados de 2022, o país corre o risco de se tornar um porto seguro para cibercriminosos de todo o planeta. Um modelo internacional apontado como referência ao projeto brasileiro é o da União Europeia, que tem uma agência dedicada ao assunto há mais de 20 anos.

Em outro estudo, encomendado pelo GSI à Universidade de Oxford, do Reino Unido, a resiliência brasileira a ataques cibernéticos é apontada com mediana. A instituição aponta atrasos na comparação com o mesmo estudo feito em 2020, sobre as capacidades de resposta a incidentes de ataques, à proteção das infraestruturas críticas do país, à implementação de controles técnicos de segurança e a controles criptográficos nas organizações.

A centralidade do tema trouxe o assunto para o Fórum Econômico Mundial deste ano, na Suíça, com um relatório - o Global Cybersecurity Outlook - que mostra que 86% dos líderes empresariais veem como provável uma "catástrofe" cibernética de "longo alcance" nos próximos dois anos. Mas os empresários também reconhecem que a regulação feita pelos governos está trazendo mais segurança ao ambiente de negócios.

Segundo o estudo, há uma grande diferença na maturidade de cibersegurança entre as grandes companhias e as médias e pequenas empresas, mas, mesmo as grandes podem ficar vulneráveis pelas fragilidades de parceiros ou fornecedores.

Para Luana Tavares, CEO da ONG Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime (INCC), essa diferença de maturidade no Brasil é ainda mais relevante. "Estudos indicam que, quando uma pequena ou média empresa sofre um ataque cibernético, muitas acabam fechando as portas em até seis meses depois do ataque. E são as pequenas e médias empresas - 99% das companhias no país - que geram 70% dos empregos formais", aponta. (HL)

-
Números e expectativas

Ataques em 2022 (Estimativa)

103 bilhões de invasões de hackers no Brasil (Fonte: GSI)

Prejuízo dos crimes digitais

US\$ 10,5 trilhões/ano no mundo (Fonte: Cybersecurity Ventures)

Expectativa dos líderes empresariais*:

86% acreditam que é "provável" uma catástrofe cibernética de longo alcance

Nos próximos dois anos, a inteligência artificial trará mais vantagens para:

Hackers: 55,9%

Hackers e Segurança: 35,1 %

Segurança: 8,9%

A regulação cibernética e de privacidade reduz o risco de ataques?

Sim: 60,4%

Não: 18,8%

(*Fonte: Global Cybersecurity Outlook)

Falhas, no Brasil, da política de cibersegurança

Governo:

- Resposta a incidentes
- Proteção de infraestrutura crítica

Sociedade:

- Cultura da população no uso de redes sociais

Tecnologias:

- Controles técnicos de segurança
- Controles criptográficos

(Fonte: Centro Global de Capacidade de Segurança Cibernética/GCSCC - Oxford)

Não basta "malhar e fechar a boca" - PALOMA OLIVETO

PALOMA OLIVETO

O mundo tem mais de 1 bilhão de pessoas obesas. Não são "cheinhas", com "gordurinhas", ou outros eufemismos que se costuma usar para falar de uma condição associada a doenças metabólicas, cardiovasculares e até a alguns tipos de câncer. São pessoas que, na classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), têm acúmulo de gordura corporal o suficiente para colocar em risco praticamente todos os órgãos do corpo.

Recentemente, a OMS divulgou um estudo alarmante. Desde a década de 1990, o número de casos entre adultos mais do que dobrou, crescendo quatro vezes entre crianças e adolescentes, o que indica uma tendência de aumento ainda maior no futuro. As estatísticas são um alerta de que campanhas e outras estratégias de saúde pública falharam e precisam de nova direção.

O debate sobre obesidade é tão complexo quanto a condição. Estigmatizados, muitas vezes os pacientes não são tratados como pessoas com um distúrbio metabólico, mas como comilões preguiçosos. "Malhe e feche a boca" é o que se costuma aconselhar, e, mesmo entre profissionais de saúde, incluindo médicos e professores de educação física, o preconceito existe.

De fato, ingerir menos calorias do que se consome e estimular o gasto energético com exercícios físicos resultam no emagrecimento.

Mas obesidade não é sobrepeso, e essa receita é inócua para quem não está simplesmente com "quilinhos a mais", mas sofre de um distúrbio debilitante. Estudos científicos já comprovaram que os circuitos cerebrais associados à saciedade estão desregulados no caso de pessoas que comem demais.

Também já se demonstrou, como cita um artigo de pesquisadores brasileiros e mexicanos publicado na revista Nature Metabolism, que a carência ou o excesso de alimentação dos pais durante a concepção e a gestação pode afetar negativamente o metabolismo da prole. Considerando que, até a década de 1990, uma parcela significativa da população do país vivia abaixo da linha da pobreza, não é difícil deduzir que a falta de nutrientes

adequados pode ter deixado suas marcas no DNA dos descendentes.

A obesidade, porém, não é meramente fruto de escolhas pessoais nem da genética, com diversos outros fatores envolvidos.

O econômico é um deles. Itens superprocessados - salgadinho, biscoito recheado, refrigerante, molho pronto, macarrão instantâneo e sorvete industrializado, entre outros - são muito mais acessíveis do que alimentos frescos e integrais.

Em todo o globo, há discussões sobre o aumento de **impostos** de produtos ultraprocessados para combater o avanço da obesidade. O Brasil, como mostra um levantamento da organização não governamental ACT Promoção da Saúde, está na contramão da proposta. Bebidas artificialmente açucaradas - associadas a diversas doenças, incluindo câncer - são beneficiadas por subsídios fiscais, que contemplam **tributos** como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Não adianta instalar academias ao ar livre nem inserir alerta de alto índice de açúcares e gorduras nas embalagens sem a adoção de medidas realmente ambiciosas. Obesidade não é um problema individual, mas um dos mais importantes desafios da saúde pública no século 21.

Mulheres podem usar FGTS para congelamento de óvulos e fertilização in vitro; saiba como

O sonho de gerar uma vida pode ser mais viável para mulheres que consideram o congelamento de óvulos ou a fertilização in vitro como possibilidades para se tornarem mães. Uma parceria entre as empresas Qista e Neo Vita permitiu a antecipação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) para realizar procedimentos de reprodução assistida.

Para entender como funciona o programa Qista **FGTS** Família, o Terra conversou com Leonardo Grapeia, CEO da Qista. Segundo o empresário, o objetivo por trás da iniciativa é trazer para as mulheres o conhecimento sobre a queda na taxa de fertilidade devido a idade.

"O crescimento da carreira é inverso ao gráfico da fertilidade e qualidade dos óvulos. A mulher chega ao auge da sua carreira entre os 30, 35 anos de idade, quando em sua maioria toma a decisão de ter filhos e tem que lidar com a situação de redução forte de fertilidade. Com nossa linha de crédito, onde 70% são negativados, estamos dando acesso à classe menos favorecida de fazer o congelamento de óvulos ou FIV", diz o CEO.

Quem pode utilizar o **FGTS** para financiar reprodução assistida?

De acordo com Grapeia, toda e qualquer pessoa física que possui conta vinculada ao **FGTS** - ativas ou inativas - com saldo, que seja optante da modalidade "**Saque Aniversário FGTS**", tenha entre 18 a 75 anos e que estejam com CPF em situação "regular" na **Receita Federal**, pode solicitar.

"A obtenção desse empréstimo que antecipa o **saque aniversário** é feita somente por intermédio de uma instituição autorizada pela Caixa/**FGTS** em operar com essa modalidade", explica o empresário.

Leonardo Grapeia destaca que a iniciativa traz benefícios aos trabalhadores visto o custo elevado em procedimentos de reprodução assistida. Nesse sentido, a opção da utilização do **FGTS** se apresenta como uma linha de crédito pessoal direta e barata.

"Não impacta o fluxo de caixa do trabalhador por ser

um valor resgatado do seu **FGTS** por intermédio da operação financeira. A contratação é fácil e a liberação do recurso pode ocorrer no mesmo dia", garante.

Como acessar o recurso?

Acessar o aplicativo do **FGTS**

Ser optante da modalidade "**Saque Aniversário**" (caso não seja realizar adesão online via app mesmo)

Autorizar a Qista S/A para acessar seu saldo disponível no **FGTS**.

Grapeia explica que após esses passos, é só entrar em contato com a central de atendimento Qista dedicada para parceria com a Neo Vita e contratar a operação e realizar uma simulação de valor liberado para operação.

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/mulheres-podem-usar-fgts-para-congelamento-de-ovulos-e-fertilizacao-in-vitro-saiba-como,886f0ad33efc55e2944d9b1caf3c99c35szkh2o7.html>

Uber pagará R\$ 892 milhões a taxistas na Austrália

Acordo foi alcançado após uma ação judicial coletiva acusar empresa de violar leis que exigem que operadores e motoristas de táxis e carros de aluguel sejam licenciados. A Uber concordou em pagar 271,8 milhões de dólares australianos (cerca de R\$ 892 milhões) a mais de 8 mil proprietários e motoristas de táxis e carros de aluguel na Austrália pela perda de receita causada quando a multinacional entrou no país, disseram fontes legais nesta segunda-feira (18/03).

O acordo entre a Uber e os taxistas, que é a quinta maior soma para resolver uma ação coletiva na história do país, foi alcançado durante os procedimentos judiciais após uma queixa apresentada em 2019 na Suprema Corte do estado de Victoria, cuja capital é Melbourne, acusando a Uber de violar leis que exigem que táxis e carros de aluguel sejam licenciados.

A chegada da Uber ao mercado em 2012 tirou, conforme a queixa, a receita dos taxistas licenciados e, ao mesmo tempo, destruiu o valor das licenças que eles haviam pago.

Uber lutou com unhas e dentes

O tribunal terá que aprovar o acordo como sendo do interesse dos membros da classe, e esse processo está sendo trabalhado agora, anunciou em seu site o escritório de advocacia Maurice Blackburn, que representa os autores da ação.

O diretor da Maurice Blackburn Lawyers, Michael Donnelly, explicou que durante a batalha legal a Uber lutou com unhas e dentes, embora o acordo deixe fora de toda dúvida a responsabilidade da multinacional, segundo declarações transmitidas pela emissora pública australiana ABC.

Por sua vez, a Uber destacou, em nota, que, com o acordo, espera deixar no passado os problemas com os taxistas e motoristas de carros de aluguel, lembrando que desde 2018 fez contribuições significativas para os planos de compensação do setor.

A multinacional também destacou que, quando iniciou suas operações, há mais de uma década na Austrália, não havia regras sobre o compartilhamento de carros

em nenhum lugar do mundo muito menos na Austrália, embora suas atividades agora estejam regulamentadas e façam parte dos serviços de transporte do país.

Planos de regulamentação no Brasil e na UE

Atualmente, a Uber está avaliada em cerca de 160 bilhões de dólares e é a empresa dominante no setor de compartilhamento de caronas, com presença em 72 países.

Em vários países, os taxistas reclamaram ou realizaram protestos contra a concorrência desleal do Uber e de outras empresas de transporte compartilhado, exigindo regulamentações rigorosas para o setor.

No começo deste mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma proposta de projeto de lei regulamentando no Brasil o trabalho de motorista de aplicativo. O texto precisa ser aprovado pelo Congresso e prevê uma remuneração mínima por hora trabalhada e contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), entre outras coisas.

Em dezembro passado, o STF determinou que atualmente não há vínculo empregatício entre motoristas de aplicativo e as empresas que operam as plataformas para as quais eles prestam serviço.

Na semana passada, ministros dos países da União Europeia (UE) concordaram em regulamentar direitos dos trabalhadores de aplicativos como Uber e Deliveroo (homólogo do iFood na Europa).

md/cn (EFE, Reuters, EBC)

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/uber-pagara-r-892-milhoes-a-taxistas-na-australia,a82c271b4af9f3af8f22ce469fee6d558s1ikecf.html>

Espanha e Brasil, desafios comuns (Artigo)

Por Oreiro e Ferreiro

A recente visita do presidente do governo da Espanha ao Brasil é uma boa oportunidade para revisitar os entraves ao processo de desenvolvimento econômico que ambos os países enfrentam. No período compreendido entre 1990 e 2022, a relação entre o **PIB** per-capita da Espanha e do Brasil, medida em paridade de poder de compra, se manteve estável em torno de 2,6 vezes. Isso significa que a taxa de crescimento do **PIB** per-capita em ambos os países foi similar, em torno de 1,43% a.a.

No período 1995-2007, a Espanha apresenta um crescimento mais rápido do seu **PIB** per-capita aumentando de 2,60 para 2,90 a razão entre o seu **PIB** per-capita e o **PIB** per-capita brasileiro. A crise financeira internacional de 2008, contudo, representou para a Espanha uma interrupção do seu processo de desenvolvimento, tendo o **PIB** per-capita permanecido estagnado até o ano de 2022 em patamares inferiores aos observados em 2007. Já o Brasil passa relativamente ileso pela crise de 2008, mantendo um ritmo razoável de crescimento, para cair na grande recessão de 2014-2016, que resultaria num período de sete anos de estagnação.

Em 2023, a economia espanhola, tal como a brasileira, mostrou um dinamismo notável, especialmente quando comparada com os seus parceiros europeus. Enquanto para a União Europeia (UE) e a zona euro a Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento de 0,6% em 2023, a Espanha teria crescido a uma taxa de 2,5%, ficando atrás apenas da Croácia e Malta. No que diz respeito à criação de emprego, teria crescido 1,1% na zona euro e 1% na União Europeia, muito abaixo de Espanha, cuja criação de emprego (1,9%) é apenas inferior à da Irlanda, Croácia e Malta.

Estes bons números, que fazem de Espanha uma das locomotivas econômicas da Europa, escondem a sua natureza marcadamente conjuntural. Se analisarmos o comportamento da economia espanhola numa perspectiva de longo prazo, a conclusão a que chegamos é muito diferente, ou seja, uma evidente perda de dinamismo nas últimas duas décadas.

Como resultado de sua entrada na UE em 1986, a economia espanhola ganhou um forte impulso que a levou a aproximar sua renda per capita real da média europeia. Assim, entre 1986 e 2005, o **PIB** real per capita da Espanha aumentou 76%, o que significou que, em 2005, atingiu 78,5% da média da área do euro

e 92,7% da média da UE.

A eclosão da crise financeira de 2008 marcou um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento econômico da Espanha. De 2008 a 2023, o **PIB** per capita real de Espanha teria crescido apenas 3,8%, bem abaixo da média da zona euro (9%) ou da UE (13,5%), o que significa que, em 2023, o rendimento per capita espanhol teria caído para 75% do rendimento per capita da zona euro e 83,1% do rendimento per capita da UE. Assim, se em 2007 a Espanha ocupava o 13o lugar no ranking dos países da UE (incluindo o Reino Unido) por renda per capita, em 2023 sua posição era a 15a, tendo sido ultrapassada por Chipre e Malta. De fato, a concretizarem-se as previsões da Comissão Europeia, em 2025, o país cairia 16-lugar, sendo ultrapassado pela Eslovênia.

Inverter este processo deve ser uma tarefa central para as autoridades econômicas espanholas e para a sociedade no seu conjunto. Os maus resultados em termos de crescimento da produtividade explicam-se, entre outros fatores, pelo peso crescente de setores de baixa produtividade, como o turismo, o atual motor da economia, pela perda de peso do setor industrial e por um modelo em que prevalece a competitividade por meio de custos baseados em baixos gastos salariais. Isto é fomentado por um mercado de trabalho em que os contratos atípicos e o emprego (temporário, permanente-descontínuo, a tempo parcial) continuam a ter um peso excessivo e que desencoraja o investimento em capital físico e humano e em processos de inovação.

A Espanha, tal como o Brasil, passou por um intenso processo de desindustrialização, tendo a participação da indústria de transformação no **PIB** se reduzido de 17% em 1997 para pouco mais de 11% em 2022, patamar que se encontra mais ou menos estável desde 2011. No Brasil, o comportamento da participação da indústria de transformação no **PIB** foi mais errático. Entre 1997 e 2004 a participação da indústria de transformação aumenta de 13% para 15% do **PIB**, numa resposta positiva e esperada ao fim da âncora cambial em janeiro de 1999. A partir de 2005 o processo de desindustrialização recomeça, com a participação da indústria de transformação caindo de 15% em 2005 para 11% do **PIB** em 2022.

Quando olhamos os dados da indústria de transformação por intensidade tecnológica aparecem alguns contrastes interessantes. Enquanto a

participação das indústrias de média e alta tecnologia no **PIB** da indústria de transformação na Espanha aumenta de 31% em 2007 para 40% em 2022, mostrando assim que a desindustrialização na Espanha afetou mais intensamente as indústrias de baixa intensidade tecnológica; no Brasil, a participação das indústrias de média e alta tecnologia no **PIB** de indústria de transformação caiu de 35% em 2007 para 31% em 2022, indicando que, no caso brasileiro, é a parte sofisticada do tecido industrial que está sendo mais afetada pela desindustrialização.

Outra similitude entre o caso espanhol e o brasileiro é a redução do ritmo de acumulação de capital nos últimos 15 anos. Com efeito, a formação bruta de capital fixo na Espanha se reduziu de pouco mais de 30% do **PIB** em 2007 para 21% em 2022, uma queda de 9 p.p. do **PIB**. No Brasil, a taxa de investimento caiu de 20% do **PIB** em 2007 para 16,5% do **PIB** em 2023.

O baixo dinamismo das economias do Brasil e da Espanha nos últimos 15 anos parece ter um denominador comum, a combinação de desindustrialização com redução do ritmo de formação bruta de capital fixo. Esse resultado está longe de ser um mistério. O crescimento da produtividade do trabalho requer o investimento em novas máquinas e equipamentos que incorporem as novas tecnologias. Acontece que a indústria de transformação é o setor de atividade mais intensivo em máquinas e equipamentos. Logo se a indústria não cresce, o investimento também não, fazendo com que a produtividade não aumente. Sem crescimento da produtividade, a indústria perde competitividade no médio e longo-prazo mesmo num cenário de crescimento anêmico dos salários reais. Assim temos um ciclo vicioso de baixo investimento-desindustrialização-baixo investimento. Essa é a natureza da armadilha da renda média que afeta tanto o Brasil como a Espanha.

O baixo dinamismo das economias do Brasil e da Espanha nos últimos 15 anos parece ter um denominador comum, a combinação de desindustrialização com redução do ritmo de formação bruta de capital fixo. Esse resultado está longe de ser um mistério

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187817?page=1§ion=1)**